
Goldman Sachs do Brasil
Banco Múltiplo S.A.

*Demonstrações financeiras individuais
em 30 de junho de 2022
e relatório do auditor independente*

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais

Aos Administradores e Acionistas
Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais do Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A. em 30 de junho de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.





Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A.

Porque é um PAA

Mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos (notas 3 (c) e 8 (e))

O Banco atua de forma significativa no mercado de derivativos, tais operações são mensuradas ao valor justo, para as quais os preços, indexadores e parâmetros são observáveis no mercado, com a utilização de modelos internos de precificação.

Mantivemos essa uma área de foco de auditoria devido ao uso de modelos internos de mensuração do valor justo que poderiam produzir variações no valor justo diferentes daquelas estimadas pela administração.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos incluíram a atualização do nosso entendimento e testes sobre os controles relevantes identificados no processo de mensuração a valor justo dos instrumentos derivativos.

Nossos procedimentos também consideraram a reconciliação dos saldos contábeis com a posição analítica dos sistemas, verificação de dados das operações com a posição de custódia e, em base amostral, a verificação dos contratos para obter o conforto sobre a acuracidade dos dados das operações considerados no cálculo do valor justo.

Com o apoio de nossos especialistas em precificação de instrumentos financeiros derivativos, analisamos as principais metodologias de valorização desses instrumentos financeiros. Reperformamos, em base amostral, a valorização de determinadas operações, bem como comparamos as premissas e metodologias utilizadas pela administração com as melhores práticas de mercado e analisamos a consistência das metodologias e premissas com as aplicadas em períodos anteriores.

Consideramos que os modelos e premissas adotados pela Administração na mensuração do valor justo desses instrumentos financeiros são razoáveis e consistentes com as informações divulgadas em notas explicativas.



Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:



Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A.

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras da controlada para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do Banco. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria considerando essa investida e, consequentemente, pela opinião de auditoria do Banco.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do semestre corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.



Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A.

São Paulo, 29 de agosto de 2022

A handwritten signature in blue ink, appearing to read "PricewaterhouseCoopers", is written over a light blue rectangular background.

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

A handwritten signature in blue ink, appearing to read "Paulo Rodrigo Pecht", is written over a light blue rectangular background.

Paulo Rodrigo Pecht
Contador CRC 1SP213429/O-7

**Demonstrações Financeiras
do semestre findo em
30 de junho de 2022**

Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A.

Rua Leopoldo Couto de Magalhães Júnior nº 700, 16º andar, 17º
andar e 18º andar, CEP: 04542-000
CNPJ 04.332.281/0001-30

Índice

Relatório da Administração.....	03
Balanco Patrimonial (ativo).....	07
Balanco Patrimonial (passivo e patrimônio líquido).....	07
Demonstrações de Resultado.....	08
Demonstrações de Resultado Abrangente.....	09
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido.....	10
Demonstrações dos Fluxos de Caixa.....	11
Notas Explicativas da Administração.....	12
Relatório dos Auditores Independentes.....	42
Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria.....	45



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**APRESENTAÇÃO**

Em cumprimento às determinações legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras do Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A. ("Banco") relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2022, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("BACEN").

CONTEXTO ECONÔMICO

A atividade econômica manteve-se notavelmente resiliente durante o primeiro semestre de 2022. No entanto, as perspectivas macroeconômicas para o segundo semestre de 2022 e para o exercício de 2023 para o Brasil continuam desafiadoras. A inflação permanece em dois dígitos e se disseminou consideravelmente. Espera-se que o crescimento desacelere rapidamente. As condições financeiras foram impactadas significativamente, impulsionadas pelo aperto monetário, altos prêmios de risco e incerteza política. As vulnerabilidades fiscais persistem e os recentes desdobramentos orçamentários permanecem no cerne da agenda de política doméstica. A inflação projetada permanece alta durante a maior parte de 2022-2023 e converge perto da meta apenas em 2024, enquanto a projeção para o crescimento real do PIB deve cair para menos de 1% em 2023. O resultado das eleições, altamente polarizadas, no último trimestre de 2022 moldará as perspectivas para 2023 e 2024. Nossa perspectiva não pressupõe nenhum progresso significativo acerca das reformas estruturais.

Baixo crescimento endêmico. Durante o primeiro semestre de 2022, o PIB se beneficiou da rápida melhora do mercado de trabalho e do significativo estímulo fiscal, mas esperamos que o crescimento reduza durante o segundo semestre de 2022. Inflação de dois dígitos, altas taxas de juros (condições financeiras domésticas mais restritivas), maior ruído político e incerteza política, alto nível de endividamento das famílias e nova deterioração do sentimento do consumidor e das empresas provavelmente gerarão efeitos significativamente contrários. Como resultado, esperamos que o PIB cresça 2,1% em 2022 e desacelere para modestos 0,7% em 2023, com risco de queda no ano seguinte.

A inflação deverá permanecer alta e moderar gradualmente. A inflação acelerou ainda mais no primeiro semestre de 2022 e agora está altamente disseminada. As expectativas de inflação continuam subindo e estão acima da meta de inflação. A inflação do IPCA atingiu um pico de 12,1% em abril de 2022 e deve reduzir para 6,9% no final de 2022, caindo gradualmente durante 2023 para 5,4%, ainda acima da meta. As perspectivas para a inflação é de que 2023 seja um ano de transição de inflação ainda alta, sendo mais moderada em 2024.

As condições monetárias devem permanecer restritivas. A deterioração da inflação e o aumento das expectativas inflacionárias levaram o Copom a elevar a taxa Selic de 2,00%, mínimo recorde e altamente estimulante, em março de 2021, para os atuais 13,75%. O Copom sinalizou a possibilidade de uma "alta residual de menor magnitude" na reunião de setembro (ou seja, 0,25%), encerrando o longo ciclo de aperto. Nesta conjuntura, esperamos que a política monetária permaneça restritiva em 2023 (taxa Selic de dois dígitos). Ainda assim, estamos projetando cortes nas taxas de 3,5% a partir de meados de 2023, à medida que o foco da política monetária alterar as metas de inflação para 2024.

Cenário fiscal frágil. Os altos preços das commodities, a inflação de dois dígitos e a recuperação econômica após a forte contração relacionada à Covid reduziram o risco fiscal de curto prazo. No entanto, a evolução orçamentária recente e o elevado nível da dívida pública realçam a fragilidade subjacente do cenário fiscal. Esperamos que o cenário fiscal se deteriore novamente, impulsionado pelo crescimento abaixo do esperado, altas taxas de juros reais e nova deterioração do supertavit fiscal primário. De um modo geral, colocar a dinâmica da dívida numa tendência de declínio estrutural sustentável e criar buffers fiscais orçamentais continuam a ser os principais desafios para os próximos anos. De forma geral, colocar a dinâmica da dívida em uma tendência estrutural de declínio sustentável e construir amortecedores fiscais continuam a ser os principais desafios macro nos próximos anos.



Conta corrente bem ancorada. A dinâmica da conta corrente é positiva dada a robusta demanda de exportação, moeda competitiva e demanda doméstica fraca. Após o déficit de 1,7% do PIB registrado em 2021, esperamos que a conta corrente diminua ligeiramente em 2022 facilmente cobertos pelos fluxos de investimentos estrangeiros diretos.

O principal risco para o balanço de pagamentos reside na conta de capital, onde os riscos fiscais e políticos persistentes podem prejudicar o portfólio e outros fluxos.

O alto nível de dívida pública deixa o quadro fiscal e a economia em geral vulneráveis a choques internos e externos adversos. Endereçar a questão da frágil dinâmica da dívida pública continua sendo o principal desafio macro enfrentado pelos formuladores da política monetária. Um profundo ajuste fiscal que elevaria a poupança do setor público também é necessário para facilitar um ajuste estrutural permanente do conta corrente (em vez de um ajuste cíclico impulsionado pela fraca demanda doméstica e altos preços das commodities) e para permitir que o BACEN tenha mais folga na calibração da política monetária.

Em um nível mais amplo, o setor público – governos federal e locais – ainda enfrenta o desafio de aumentar sua taxa de investimento e taxa de poupança notavelmente baixas (idealmente através de corte de gastos correntes). Resta aos poderes executivo e legislativo o ônus de demonstrar progressos tangíveis e decisivos no sentido da consolidação fiscal e da estabilização da dinâmica da dívida pública.

As eleições adicionam outra camada de incerteza e risco em relação a determinação das políticas macroeconômicas. As eleições gerais estão programadas para o quarto trimestre de 2022: eleições presidenciais, do congresso e eleições locais para o legislativo e para governadores dos estados. Ruídos e atritos políticos e institucionais têm sido constantes desde 2018, prejudicando o progresso das principais reformas fiscais e mantendo em um nível elevado a incerteza política. O início da disputa política pré-eleitoral mais cedo do que o usual e a dinâmica eleitoral começam a gerar perspectivas políticas e de reformas e, em nosso cenário base, não antecipamos grandes progressos nas principais reformas.

O alto nível das taxas de juros locais, os altos prêmios de risco já incorporados aos ativos locais e a robustez da balança comercial devem fornecer suporte para a não deterioração da moeda.

DESTAQUES

Resultado do Semestre

No semestre findo em 30 de junho de 2022, o Banco registrou Lucro líquido (em milhares de reais) de R\$ 108.638 (2021 - R\$ 103.139), correspondente a R\$ 0,05 (2021 - R\$ 0,04) por ação e Rentabilidade Anualizada sobre o Patrimônio Líquido (ROE) de 8,7% (2021 - 9,3%).

Mercado de Capitais

O primeiro semestre de 2022 foi marcado por um ambiente de mercado ainda mais desafiador do que o experimentado na segunda metade de 2021, em função da rápida deterioração das perspectivas macroeconômicas e pelas repercussões da crise geopolítica. O resultado foi uma forte baixa do volume de transações de mercado de capitais no período, especialmente, quando comparado ao primeiro semestre de 2021 que marcou um período recorde.

As consequências da pandemia da Covid-19 e a guerra na Ucrânia causam disrupções tanto no lado da oferta quanto da demanda por bens e serviços. Somam-se a esse cenário as pressões inflacionárias disseminadas profundamente tanto na economia local quanto global. Em resposta, a implementação de políticas monetárias contracionistas tornaram as condições econômicas ainda mais restritivas. Consequentemente, os preços dos ativos e a confiança dos investidores foram severamente impactados e diversos emissores cancelaram ou suspenderam suas emissões no mercado de capitais e outros projetos estratégicos.

Apesar do cenário adverso, o Banco assessorou importantes transações que conseguiram ser concluídas no período, as quais somaram aproximadamente R\$ 47 bilhões em volume total incluindo ofertas de ações e títulos de dívida no mercado local e estrangeiro, incluindo aproximadamente R\$ 34 bilhões relacionados ao follow-on da Eletrobras.



Para o segundo semestre de 2022, espera-se uma maior clareza sobre o arrefecimento das pressões inflacionárias e condução das políticas monetárias ao redor do mundo. Entretanto, no cenário local, ainda há expectativa de um período marcado por grau de incerteza e volatilidade em função das eleições gerais, o que pode restringir uma eventual retomada do mercado de capitais ainda em 2022.

GOVERNANÇA CORPORATIVA - COMITÊ DE AUDITORIA

Em cumprimento à Resolução do Conselho Monetário Nacional ("CMN") nº 4.910, de 27 de maio de 2022, informamos que se encontra instalado o Comitê de Auditoria Único do Conglomerado ("Comitê"), cuja constituição foi objeto de aprovação pelo BACEN em 09 de março de 2016.

Compete ao Comitê, dentre outras atribuições, zelar pela qualidade e integridade das demonstrações contábeis do Conglomerado, pela atuação, independência e qualidade dos trabalhos da empresa de auditoria independente e da auditoria interna.

As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações recebidas da Administração, dos auditores independentes, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos e nas suas próprias análises decorrentes de observação direta.

GESTÃO DE RISCOS

Acreditamos que gerenciar o risco de maneira eficaz é essencial para o sucesso do Grupo Goldman Sachs. Desta forma, contamos com processos de gestão de risco abrangentes através dos quais podemos monitorar, avaliar e administrar os riscos associados às nossas atividades. Tais processos incluem a gestão da exposição aos riscos de mercado, de crédito, de liquidez, operacional, legal, socioambiental, regulatório e reputacional. Desenvolvemos nossa estrutura de gestão de risco com base em três componentes essenciais: governança, processos e pessoas.

O Conglomerado é parte integrante da estrutura de gerenciamento de riscos do Grupo Goldman Sachs e, conforme determinado pelas Resoluções do CMN nº 4.557/17 e nº 4.327/14, foram implementadas localmente as políticas e estrutura de Gerenciamento de riscos e de capital, bem como de risco socioambiental.

RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

Em conformidade com as diretrizes da Política Ambiental Global do Grupo Goldman Sachs e com base nos critérios estabelecidos na Resolução CMN nº 4.327/14, o Conglomerado reconhece a importância de sua responsabilidade quanto à questão socioambiental na condução de seus negócios e atividades. Também está empenhado em utilizar soluções de mercado para promover a sustentabilidade ambiental e o desenvolvimento das comunidades em que está inserido, assegurando o atendimento aos interesses de longo prazo de seus clientes e a preservação de valor a longo prazo para os seus acionistas. O Conglomerado atua para que suas instalações e negócios adotem soluções e práticas sustentáveis, uma vez que ambas relacionam-se com o meio ambiente e com as comunidades em que está inserido.

Em cumprimento à Resolução CMN nº 4.327/14, a Política de Gerenciamento de Risco Socioambiental pode ser encontrada na internet, no seguinte endereço: <https://www.goldmansachs.com/worldwide/brazil/regulatory-disclosures/environmental-social-disclosure.pdf>.

CANAL DE DENÚNCIAS

Em atendimento ao disposto na Resolução CMN nº 4.859, de 23 de outubro de 2020, o Conglomerado designou o Departamento de Compliance do Brasil ("Compliance Brasil"), como o órgão responsável pelo canal de comunicação por meio do qual seus funcionários, colaboradores, clientes, usuários, parceiros ou fornecedores podem informar, sem a necessidade de se identificarem, situações com indícios de ilicitude de qualquer natureza, relacionadas às suas atividades.

GOLDMAN SACHS DO BRASIL BANCO MÚLTIPLO S.A.

Rua Leopoldo Couto de Magalhães Júnior nº 700, 16º andar, 17º andar e 18º andar, CEP: 04542-000
CNPJ 04.332.281/0001-30



Os procedimentos de utilização do canal de comunicação podem ser encontrados na internet, no seguinte endereço: <http://www.goldmansachs.com/disclaimer/canal-de-denuncia.html>.

ENDEREÇO ELETRÔNICO

Em conformidade com a Resolução BCB nº 54/20 do BACEN, as informações referentes à gestão de riscos, à apuração do montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA) e à apuração do Patrimônio de Referência (PR) estão disponíveis no site: <https://www.goldmansachs.com/worldwide/brazil/regulatory-disclosures/gestao-de-risco.html>.

Canal de Comunicação com o Público Goldman Sachs Brasil: 0800 727 5764 e/ou contatogoldmanbrasil@gs.com.
Horário de funcionamento: segunda-feira à sexta-feira (exceto feriados), das 9h às 18h.

São Paulo, 26 de agosto de 2022

BALANÇO PATRIMONIAL EM 30 DE JUNHO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021 - Em R\$ mil

Ativo	Notas	Junho 2022	Dezembro 2021
Disponibilidades		526.417	3.155
Instrumentos financeiros		26.144.574	16.955.212
Aplicações em operações compromissadas	8 (a)	2.077.062	2.853.519
Aplicações em depósitos interfinanceiros	8 (b)	350.621	158.650
Aplicações em moedas estrangeiras	8 (c)	—	14
Títulos e valores mobiliários	8 (d)	8.076.232	7.795.054
Instrumentos financeiros derivativos	8 (e)	12.576.147	5.780.398
Operações de crédito	8 (f)	321.179	109.197
Outros instrumentos financeiros	8 (g)	2.743.333	258.380
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(9.035)	—
Ativos fiscais correntes e diferidos		743.063	615.178
Imposto de renda e contribuição social - Diferido	14 (b)	706.032	584.615
Impostos e contribuições a compensar		37.031	30.563
Outros ativos	11	782.537	950.596
Investimentos em participações em controladas	9	428.428	397.075
Imobilizado de uso	10	93.559	79.524
(-) Depreciações acumuladas	10	(72.216)	(66.756)
Total do ativo		28.637.327	18.933.984
Passivo e Patrimônio líquido		Junho 2022	Dezembro 2021
Depósitos e demais instrumentos financeiros		24.459.736	14.582.133
Depósitos de clientes e instituições financeiras	12 (a)	3.443.976	5.956.849
Obrigações por empréstimos	12 (b)	2.953.833	1.805.716
Obrigações por operações compromissadas	12 (c)	1.557.189	235.810
Certificados de operações estruturadas	12 (d)	201.334	195.148
Instrumentos financeiros derivativos	8 (e)	13.559.980	6.129.498
Outros instrumentos financeiros	8 (g)	2.743.424	259.112
Provisões	18 (a)	1.107	814
Obrigações fiscais		951.906	841.078
Impostos de renda e contribuição social - Corrente		109.621	45.377
Imposto de renda e contribuição social - Diferido	14 (b)	804.789	750.429
Outras obrigações fiscais	14 (c)	37.496	45.272
Outros passivos	13	729.540	1.146.931
Patrimônio líquido		2.495.038	2.363.028
Capital social	15 (a)	2.384.082	2.179.096
Reservas de capital	15 (b)	—	33.213
Reservas de lucros	15 (c)	5.432	171.773
Outros resultados abrangentes		2.318	(21.054)
Lucros acumulados		103.206	—
Total do passivo e patrimônio líquido		28.637.327	18.933.984

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EM 30 DE JUNHO DE 2022 E 2021 - Em R\$ mil, exceto lucro por ação

	<u>Notas</u>	<u>Junho 2022</u>	<u>Junho 2021</u>
Receitas de intermediação financeira		890.349	336.014
Receita de juros e similares		440.201	152.989
Operações de crédito	8 (f)	1.378	70
Aplicações interfinanceiras de liquidez		101.760	18.891
Aplicações em depósitos interfinanceiros		15.201	2.114
Títulos e valores mobiliários		319.801	122.373
Aplicações em moedas estrangeiras		2.061	9.541
Ganhos/(perdas) líquidos de ativos e passivos financeiros		450.148	183.025
Títulos e valores mobiliários		44.462	(19.224)
Instrumentos financeiros derivativos	8 (e)	378.047	198.736
Empréstimo de ações		27.639	3.513
Despesas de intermediação financeira		(728.706)	(229.696)
Despesas de juros e similares		(282.318)	(89.372)
Depósitos de clientes e instituições financeiras		(219.256)	(73.987)
Obrigações por empréstimos		(11.575)	(3.856)
Obrigações por operações compromissadas		(46.308)	(6.087)
Certificados de operações estruturadas		(5.179)	(5.442)
(Perdas) líquidas com variação cambial		(446.388)	(140.324)
Outros instrumentos financeiros ativos e passivos		(446.388)	(140.324)
Provisão para perdas de créditos		(9.035)	—
Provisão para perdas de créditos		(9.035)	—
Resultado bruto de intermediação financeira		152.608	106.318
Outras receitas e (despesas) operacionais		30.246	106.317
Receitas de prestação de serviços	18 (c)	350.831	322.033
Benefícios a empregados	18 (d)	(203.190)	(133.415)
Despesas de remuneração da Diretoria	18 (d)	(24.801)	(22.580)
Outras despesas administrativas	18 (e)	(76.620)	(63.412)
Despesas tributárias	18 (f)	(42.068)	(31.800)
Resultado de participação em controlada	9	28.546	24.690
(Provisões)/reversões de provisões para contingências	18 (a)	(293)	920
Outras receitas/(despesas) operacionais	18 (g)	(2.159)	9.881
Resultado operacional		182.854	212.635
Resultado não operacional		1.134	1.136
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		183.988	213.771
Imposto de renda e contribuição social		(75.350)	(106.990)
Imposto de renda e contribuição social corrente	14 (a)	(159.233)	(104.120)
Imposto de renda e contribuição social diferido		83.883	(2.870)
Participações estatutárias no lucro		—	(3.642)
Lucro líquido do semestre		108.638	103.139
Lucro do semestre por ação (em reais)		0,05	0,04

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EM 30 DE JUNHO DE 2022 E 2021 - Em R\$ mil

	<u>Nota</u>	<u>Junho 2022</u>	<u>Junho 2021</u>
Lucro líquido do semestre		108.638	103.139
Outros resultados abrangentes		23.372	(7.478)
Itens que serão reclassificados subsequentemente ao resultado		20.565	(6.757)
Ajuste de marcação a mercado sobre pagamento baseado em ações, líquido do efeito fiscal	17 (b)	16.336	(6.757)
Ajuste de avaliação patrimonial líquida do efeito fiscal		4.229	—
Outros resultados abrangentes avaliados pelo método da equivalência patrimonial		2.807	(721)
Itens que serão reclassificados subsequentemente ao resultado		2.412	(721)
Ajuste de marcação a mercado sobre pagamento baseado em ações na controlada, líquido do efeito fiscal	17 (b)	2.412	(721)
Itens que não serão reclassificados subsequentemente ao resultado		395	—
Ajuste de avaliação atuarial - Plano de benefícios definidos na controlada, líquido do efeito fiscal		395	—
Resultado abrangente do semestre		132.010	95.661

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

GOLDMAN SACHS DO BRASIL BANCO MÚLTIPLO S.A.

Rua Leopoldo Couto de Magalhães Júnior nº 700, 16º andar , 17º andar e
18º andar, CEP: 04542-000

CNPJ 04.332.281/0001-30



DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 30 DE JUNHO DE 2022 E 2021 - Em R\$ mil

	Capital social	Aumento de Capital	Reservas de Capital	Reserva de lucros		Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total
				Reserva legal	Reserva estatutária			
Saldos em 31 de dezembro de 2020	1.468.596	59.500	33.213	45.813	520.449	(8.854)	—	2.118.717
Aumento de capital – Homologado	59.500	(59.500)	—	—	—	—	—	—
Reconhecimento do plano baseado em ações	—	—	—	—	—	(7.478)	—	(7.478)
Lucro líquido do semestre	—	—	—	—	—	—	103.139	103.139
Destinação do lucro líquido								
Reserva legal	—	—	—	5.157	—	—	(5.157)	—
Saldos em 30 de junho de 2021	1.528.096	—	33.213	50.970	520.449	(16.332)	97.982	2.214.378
Saldos em 31 de dezembro de 2021	1.528.096	651.000	33.213	13.389	158.384	(21.054)	—	2.363.028
Aumento de capital – Homologado	651.000	(651.000)	—	—	—	—	—	—
Aumento de capital – Em fase de homologação	—	204.986	(33.213)	(13.389)	(158.384)	—	—	—
Ajuste de avaliação patrimonial – plano baseado em ações	—	—	—	—	—	18.748	—	18.748
Ajuste de avaliação patrimonial – títulos disponíveis para venda	—	—	—	—	—	4.229	—	4.229
Remensuração do plano de benefícios definidos	—	—	—	—	—	395	—	395
Lucro líquido do semestre	—	—	—	—	—	—	108.638	108.638
Destinação do lucro líquido								
Reserva legal	—	—	—	5.432	—	—	(5.432)	—
Saldos em 30 de junho de 2022	2.179.096	204.986	—	5.432	—	2.318	103.206	2.495.038

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EM 30 DE JUNHO DE 2022 E 2021 - Em R\$ mil

	Junho 2022	Junho 2021
Atividades operacionais		
Lucro líquido ajustado do semestre	215.937	164.962
Lucro líquido do semestre	108.638	103.139
Ajustes ao lucro líquido	107.299	61.823
Resultado de participações em controlada	(28.546)	(24.690)
Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa	214.486	80.667
Constituição/(reversão) de provisões para contingências	293	(920)
Outras receitas/despesas operacionais	(9.546)	(2.955)
Depreciações e amortizações	5.460	3.209
Provisão para perdas de créditos	9.035	—
Participações no lucro	—	3.642
Ativos e passivos fiscais diferidos	(83.883)	2.870
Variações de ativos e obrigações	871.300	562.827
(Aumento)/redução em instrumentos financeiros	1.081.830	492.602
(Aumento)/redução em ativos fiscais e obrigações fiscais correntes	176.815	12.183
(Aumento)/Redução em outros ativos	177.605	(109.667)
Aumento/(Redução) em outros passivos	(396.827)	250.778
Imposto de renda e contribuição social pagos	(94.989)	(56.067)
Juros recebidos	219.424	31.767
Juros pagos	(292.558)	(58.769)
Caixa gerado/(utilizado) nas atividades operacionais	1.087.237	727.789
Atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado de uso	(14.036)	(2.415)
Baixa de imobilizado de uso	—	56
Caixa (utilizado) nas atividades de investimento	(14.036)	(2.359)
Atividades de financiamento		
Juros sobre o capital próprio pagos	(15.000)	(10.500)
Caixa (utilizado) nas atividades de financiamento	(15.000)	(10.500)
Aumento/(redução) do caixa e equivalentes de caixa	1.058.201	714.930
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	1.759.764	4.149.226
Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa	(214.486)	(80.667)
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre	2.603.479	4.783.489
Aumento/(redução) do caixa e equivalentes de caixa	1.058.201	714.930

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2022 E 2021
(Em milhares de Reais)****1. CONTEXTO OPERACIONAL**

O Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A. (“Banco”) é uma instituição financeira privada, constituída sob a forma de Sociedade Anônima, autorizada a operar como banco múltiplo com as carteiras de investimento e de crédito, financiamento e investimento, incluindo a gestão e administração de carteiras de valores mobiliários e fundos de investimentos e a prática de operações de câmbio.

O Banco, parte integrante do Grupo Goldman Sachs (“Grupo”), iniciou suas atividades operacionais no final de 2006 e vem desenvolvendo plataforma para novos negócios relacionados às atividades financeiras do Grupo no Brasil e no exterior. As operações são conduzidas no contexto do conjunto das empresas do Grupo, atuando de forma integrada nos mercados financeiros nacional e internacional, sendo os benefícios dos serviços prestados e os custos comuns dessa estrutura apropriados a cada entidade correspondente.

Em 2008, o Banco passou a atuar como Participante de Liquidação Direta (PLD) da B3 S.A.- Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”), passando a liquidar e custodiar suas operações de derivativos listados.

Em maio de 2008, o Banco Central do Brasil (“BACEN”) autorizou o Banco a constituir a Goldman Sachs do Brasil Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (“Corretora”), sua subsidiária integral, a qual recebeu em dezembro de 2008 autorização do Conselho de Administração da B3 para operar como corretora no segmento de ações na categoria pleno. O Banco, como líder, e a Corretora, sua subsidiária integral, formam o Conglomerado Financeiro Goldman Sachs (“Conglomerado”).

Em 26 de agosto de 2022, a Diretoria aprovou as demonstrações financeiras relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2022.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76 e alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (“CMN”) e do BACEN.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) emitiu pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), porém nem todos foram homologados pelo BACEN. Desta forma, o Banco, conforme aplicável, na elaboração das demonstrações financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BACEN e alterações posteriores:

- a. CPC 00 (R1) - Estrutura conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil – Financeiro - homologado pela Resolução CMN nº 4.924/21.
- b. CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos - homologado pela Resolução CMN nº 4.924/21.
- c. CPC 03 (R2) - Demonstração do fluxo de caixa - homologado pela Resolução CMN nº 4.818/20.
- d. CPC 05 (R1) - Divulgação de partes relacionadas - homologado pela Resolução CMN nº 4.818/20.
- e. CPC 10 (R1) - Pagamento baseado em ações - homologado pela Resolução CMN nº 3.989/11.
- f. CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro - homologado pela Resolução CMN nº 4.924/21..
- g. CPC 24 - Evento subsequente - homologado pela Resolução CMN nº 4.818/20.
- h. CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes - homologado pela Resolução CMN nº 3.823/09.
- i. CPC 33 (R1) - Benefícios a empregados - homologado pela Resolução CMN nº 4.877/20.
- j. CPC 41 - Resultado por ação - homologado pela Resolução CMN nº 4.818/20.
- k. CPC 46 - Mensuração do valor justo - homologado pela Resolução CMN nº 4.924/11.
- l. CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente - homologado pela Resolução CMN nº 4.924/21.

Na elaboração das demonstrações financeiras foram utilizadas estimativas e premissas na determinação de ativos, passivos, receitas e despesas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicadas a instituições financeiras. Os resultados efetivos podem ser diferentes das estimativas e premissas adotadas.

A Resolução CMN nº 4.818/20 e a Resolução BCB nº 2/20 estabelecem os critérios gerais e procedimentos para elaboração e divulgação das demonstrações financeiras. As normas citadas entraram em vigor em 1º de janeiro de 2021 sendo aplicáveis na elaboração, divulgação e remessa de Demonstrações Financeiras a partir de sua entrada em vigor, abrangendo as Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2021. A Resolução BCB nº 2/20, entre outros requisitos, determinou a evidenciação em nota explicativa, de forma segregada, dos resultados recorrentes e não recorrentes.

Diante disso, a divulgação das demonstrações financeiras passa a ser apresentada da seguinte forma:

1. Apresentação:

As contas do Balanço Patrimonial estão apresentadas por ordem decrescente de liquidez e exigibilidade, sem segregação entre circulante e não circulante. As aberturas por prazo de realização e exigibilidade para os grupos de ativos e passivos relevantes estão apresentadas nas notas explicativas às demonstrações financeiras, conforme opção prevista no parágrafo único, do artigo 23 da Resolução BCB nº 2/20.

Os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com o final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício social anterior para as quais foram apresentadas; e as notas explicativas necessárias para o correto entendimento estão apresentadas de forma comparativa, quando relevantes para a compreensão do conjunto das demonstrações do período.

Balanço Patrimonial

Em conformidade com a Resolução BCB nº 2/20, no Balanço Patrimonial foram apresentados os saldos de todos os grupamentos contábeis relevantes para a correta compreensão da situação patrimonial do Banco, respeitando-se as informações mínimas exigidas pela norma. Dessa forma, as principais alterações introduzidas foram as seguintes:

a. No ativo:

- **Instrumentos financeiros:** composto por aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, instrumentos financeiros derivativos, operações de crédito e operações de câmbio.
- **Ativos fiscais correntes e diferidos:** apresentado de forma segregada do grupo “Outros ativos” é composto por imposto de renda e contribuição social diferidos e impostos e contribuições a compensar.

b. No passivo:

- **Depósitos e demais instrumentos financeiros:** composto por depósitos, obrigações por empréstimos, obrigações por operações compromissadas, instrumentos financeiros derivativos e operações de câmbio.
- **Obrigações fiscais correntes e diferidas:** apresentado de forma segregada do grupo “Outros passivos” e composto por imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos e obrigações fiscais e previdenciárias.
- **Provisões:** apresentado de forma segregada do grupo “Outros passivos” é composto por passivos contingentes cuja probabilidade de liquidação tenha sido classificada como provável.

Demonstração do Resultado

Em conformidade com a Resolução BCB nº 2/20, na Demonstração do Resultado foram apresentados os saldos relativos a todos os grupamentos contábeis relevantes para a compreensão do desempenho do Banco no período, especificando, no mínimo, as seguintes informações: (i) principais receitas e despesas de intermediação financeira, (ii) resultado de intermediação financeira, (iii) outras receitas operacionais, (iv) principais despesas operacionais, (v) despesas de provisões, (vi) resultado operacional, (vii) principais itens de outras receitas e despesas, (viii) resultado antes dos tributos e participações, (ix) tributos e participações sobre o lucro, (x) resultado líquido, e (xi) resultado líquido por ação.

As receitas e despesas de intermediação financeira foram segregadas entre receitas e despesas de juros e similares, ganhos ou perdas líquidos de ativos e passivos financeiros e ganhos ou perdas líquidos com variação cambial.

As despesas anteriormente denominadas “de pessoal” passaram a ser identificadas como benefícios a empregados, de acordo com o disposto no CPC 33, e despesas de remuneração da Diretoria.

Demonstração do Resultado Abrangente

A Demonstração do Resultado Abrangente é apresentada em sequência à Demonstração do Resultado. Na Demonstração do Resultado Abrangente estão apresentadas as seguintes informações: (i) resultado líquido do período, e (ii) outros resultados abrangentes do período, segregados entre itens que serão reclassificados para o resultado e itens que não serão reclassificados para o resultado.

As parcelas de outros resultados abrangentes atribuíveis ao Banco estão segregadas das parcelas referentes à participação em outros resultados abrangentes de investimentos avaliados pelo método da equivalência patrimonial.

O valor do efeito tributário relativo a cada componente está divulgado na nota 14 (b).

2. Normas contábeis emitidas recentemente aplicáveis a exercícios futuros:

- I. Em novembro de 2021 foi publicada a Resolução CMN nº 4.966, que trata sobre os conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) buscando a convergência do critério contábil do COSIF para os requerimentos da norma internacional do IFRS 9. A Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2025. A Administração está avaliando os impactos e alterações necessárias para atender sua implementação.
- II. Em dezembro de 2021 foi publicada a Resolução CMN nº 4.975 que estabelece a observância ao Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) 06 (R2) – Arrendamentos, no reconhecimento, na mensuração, na apresentação e na divulgação de operações de arrendamento mercantil. A norma entra em vigor em 1º de janeiro de 2025. A Administração iniciou as avaliações de impacto e alterações devidas.

3. Outras considerações:

- I. Em 27 de maio de 2021 foi publicada a Resolução CMN nº 4.911 que passou a vigorar em 1º de janeiro de 2022 e propôs alterações nos documentos e divulgações a serem realizados com extinção dos seguintes relatórios: (i) Balancete e Balanço do Conglomerado Financeiro (documentos 4040 e 4046); (ii) Demonstrações Financeiras Conglomerado Prudencial com Notas Explicativas/ Parecer do Auditor. A Resolução mantém a obrigatoriedade de publicação dos documentos: (i) Balancete Patrimonial Analítico – Conglomerado Prudencial (CADOC 4060) (ii) Balanço Patrimonial – Conglomerado Prudencial (CADOC 4066) ; e (iii) Relatório do Conglomerado Prudencial. A Administração optou pela não publicação das demonstrações financeiras do conglomerado prudencial para o semestre findo em 30 de junho de 2022.
- II. Em junho de 2021 foi emitida a Resolução CMN nº 4.924/2021, com vigência a partir de janeiro de 2022, consolida e dispõe sobre princípios gerais para reconhecimento, mensuração, escrituração e evidenciamento contábeis, do conteúdo da resolução, as principais mudanças trazidas são referentes a aprovação do CPC 47 e a possibilidade de utilização de uma taxa alternativa à de câmbio à vista para conversão de transações e de demonstrações em moeda estrangeira para a moeda nacional. A Administração optou pela não alteração para taxa alternativa em função da não aprovação do uso pela Receita Federal do Brasil, criando assim, assimetria fiscal.

A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações financeiras individuais do Banco evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

a. Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento.

b. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa estão compostos por saldos em conta corrente, aplicações em moedas estrangeiras e aplicações interfinanceiras de liquidez cujo vencimento na data da aquisição é igual ou inferior a 90 dias, de conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e sujeito a risco insignificante de mudança de valor.

c. Instrumentos financeiros

- **Aplicações interfinanceiras de liquidez**

São demonstradas pelo valor aplicado acrescido dos rendimentos proporcionais auferidos até a data do balanço.

- **Títulos e valores mobiliários**

De acordo com a Circular nº 3.068/01, do BACEN, os títulos e valores mobiliários são classificados em três categorias distintas, conforme intenção da Administração, atendendo aos seguintes critérios de contabilização: (i) Títulos para negociação: são avaliados pelo valor de mercado, e seus ajustes são contabilizados em contrapartida à conta adequada de receitas e despesas do período; (ii) Títulos disponíveis para venda: contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais são reconhecidos no resultado do período, e ajustados pelo valor de mercado. Os ganhos e perdas não realizados, líquidos dos efeitos tributários, decorrentes das variações no valor de mercado são reconhecidos em conta destacada do patrimônio líquido sob o título de “Ajuste ao valor de mercado - TVM”; e (iii) Títulos mantidos até o vencimento: são adquiridos com a intenção e a capacidade financeira para manter até o vencimento. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais são reconhecidos no resultado do período. Os títulos classificados na categoria “títulos para negociação” são apresentados no ativo circulante, independente do seu vencimento.

- **Instrumentos financeiros derivativos**

Em conformidade com a Circular nº 3.082/02 do BACEN, os instrumentos financeiros derivativos, compostos pelas operações a termo, operações com opções, operações de futuros, operações de *swaps* e outros, estão classificados na categoria de instrumentos financeiros derivativos não considerados como *hedge*, sendo assim avaliados a valor de mercado, com os ganhos e perdas realizados e não realizados reconhecidos diretamente no resultado.

d. Operações de crédito

As operações de crédito estão demonstradas pelo valor do principal, atualizado com base no indexador contratado, quando for o caso, acrescido dos rendimentos e encargos decorridos.

São classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo). As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

A provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa, quando aplicável, atende aos requisitos mínimos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99.

e. Saldos de operações em moeda estrangeira

Demonstrados com base na PTAX de fechamento na data do encerramento do exercício. A taxa PTAX corresponde às médias aritméticas das taxas de compra e de venda realizadas diariamente.

f. Investimentos em participações em controladas

O investimento em controlada, Corretora, está avaliado pelo método de equivalência patrimonial.

g. Imobilizado de uso e depreciações acumuladas

Corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os benefícios, riscos e controles desses bens.

Demonstrado ao custo de aquisição, menos a depreciação acumulada. A depreciação do imobilizado é calculada e registrada com base no método linear, considerando-se as taxas que contemplam a vida útil econômica do bem.

h. Redução ao valor recuperável de ativos

O CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos, aprovado pela Resolução CMN nº 4.924/21, estabelece a necessidade das entidades efetuarem uma análise periódica para verificar o grau de valor recuperável dos ativos imobilizados. Nesse sentido, uma perda é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para o semestre findo em 30 de junho de 2022, a Administração não identificou nenhuma perda em relação ao valor recuperável de ativos não financeiros a ser reconhecida nas demonstrações financeiras.

i. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os ativos circulantes são demonstrados ao custo de aquisição acrescidos dos rendimentos e das variações monetárias e cambiais incorridas deduzindo-se, quando aplicável, as correspondentes rendas de realizações futuras e/ou as provisões para perdas.

Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar e acrescidos dos encargos e variações monetárias (em base "pro rata") e cambiais incorridos até a data de encerramento do balanço.

j. Ativos e Obrigações fiscais correntes e diferidos

A Resolução CMN nº 4.842/20 consolidou os critérios gerais para mensuração e reconhecimento de ativos e passivos fiscais, correntes e diferidos, pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e a Resolução BCB nº 15/20 consolidou os procedimentos a serem observados pelas instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN na constituição ou baixa do ativo fiscal diferido e na divulgação de informações sobre ativos ou passivos fiscais diferidos em notas explicativas.

A provisão para imposto de renda federal foi constituída utilizando a alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro excedente a R\$ 240 mil no semestre. A provisão para contribuição social foi constituída à alíquota de 20% do lucro tributável.

Ativo e passivo fiscais diferidos referem-se, principalmente, aos ajustes temporários às bases de IRPJ e da CSLL, sendo registrados para refletir os efeitos fiscais futuros, atribuíveis às diferenças entre os critérios contábeis e a legislação fiscal pertinente.

Considerando as perspectivas de realização dos ativos fiscais diferidos, em 30 de junho de 2022, o Banco manteve registrado: (i) ativo fiscal diferido de IRPJ com a alíquota nominal de 25% sobre os ajustes temporários a serem realizados; e (ii) ativo fiscal diferido relativo à CSLL o qual foi calculado mediante a utilização da alíquota aplicável de acordo com a perspectiva da realização dos ajustes temporários. A Lei nº 14.183/21, resultante do Projeto de Lei de Conversão nº 12/21 (Medida Provisória nº 1.034/21), alterou a partir de 1º de julho de 2021 a alíquota da CSLL para

os bancos de qualquer espécie de 20% para 25%, até o dia 31 de dezembro de 2021, e para 20% a partir de 1º de janeiro de 2022.

A Medida Provisória (MP 1.115/22), alterou a alíquota da CSLL para os bancos de qualquer espécie de 20% para 21%, para o período de 1º de agosto de 2022 até 31 de dezembro de 2022, com o restabelecimento da alíquota de 20% a partir de 1º de janeiro de 2023. Essa MP não ocasionou efeitos nas Demonstrações Financeiras no semestre findo em 30 de junho de 2022, pois ainda será apreciada pelo Congresso Nacional.

A compensação dos saldos de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social com resultados positivos em exercícios futuros está limitada a 30% do referido lucro se maior que o total de ativo diferido constituído.

k. Contingências

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos contingentes, obrigações legais (fiscais e previdenciárias) e provisão para demandas judiciais e administrativas são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823/09 do CMN, que aprovou o Pronunciamento Técnico nº 25, emitido pelo CPC. As provisões para passivos contingentes de natureza tributária, trabalhista e cível, quando aplicável, são constituídas e reavaliadas periodicamente pela Administração, que leva em consideração, entre outros fatores, as possibilidades de êxito das ações e a opinião de seus consultores jurídicos, bem como, modelos e critérios que permitam a sua mensuração da forma mais adequada possível, apesar das incertezas inerentes ao seu prazo e valor.

As contingências passivas são reconhecidas contabilmente quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão e divulgação.

l. Benefícios a empregados e Pagamento baseado em ações

O reconhecimento, mensuração e divulgação dos benefícios a empregados são efetuados de acordo com os critérios estabelecidos pelo CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados, aprovado pela Resolução CMN nº 4.877/20.

Conforme a Resolução nº 4.877/20, que dispõe sobre os critérios gerais para mensuração e reconhecimento de obrigações sociais e trabalhistas pelas instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo BACEN, a Administração do Banco, através de estudo técnico, verificou que não há passivo atuarial a ser reconhecido nos termos do referido Pronunciamento Técnico para o semestre findo em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021.

Os funcionários elegíveis do Banco participam do Plano de Incentivo de Ações da The Goldman Sachs Group, Inc. através do recebimento de unidades de ações restritas ("RSUs"). A mensuração das RSUs é baseada no número de ações concedidas multiplicado pelo valor da ação na data da concessão, sendo a despesa auferida refletida no resultado ao longo do período de aquisição de direito (*vesting period*) em contrapartida ao patrimônio líquido, em conformidade ao Pronunciamento Técnico CPC 10 - Pagamento baseado em ações (nota 17 (b)) e, posteriormente reclassificado para rubrica do passivo, "Outros passivos - Valores a pagar a sociedades ligadas", em função do acordo de repagamento entre o Banco e o controlador, The Goldman Sachs Group, Inc.

m. Resultado recorrente e não recorrente

A Resolução BCB nº 2/20 determina que as instituições financeiras devem apresentar em suas notas explicativas, de forma segregada, os resultados recorrentes e não recorrentes incorridos no período. Considera-se resultado não recorrente o resultado que: I - não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e II - não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros (nota 18 (i)).

4. GERENCIAMENTO DE CAPITAL

A política de gerenciamento de capital do Conglomerado foi criada em conformidade com a Resolução CMN nº 4.557/17 e Resolução CMN nº 4.745/19. Tal medida está alinhada com as recomendações do Comitê de Basileia para

fortalecer o sistema financeiro, incentivar melhores práticas de gestão e avaliações de risco, assegurar a manutenção de valores apropriados de capital e planejar futuras necessidades de capital.

A adequação de capital é de fundamental importância para o Conglomerado. O objetivo do Conglomerado é ser capitalizado de forma conservadora, com relação aos seus níveis de risco e em comparação com as exigências e padrões de referência externos. Assim sendo, o Conglomerado implementou uma política abrangente de Gerenciamento de Capital (“Política”) que se destina a definir e manter um valor apropriado de capital.

Os níveis de capital do Conglomerado são determinados, principalmente, pelos requisitos regulatórios, podendo ser também influenciados por outros fatores, tais como, expectativas de novos negócios e condições de mercado.

Os fatores que influenciam na revisão da política de gerenciamento de capital incluem, dentre outros:

- Leis, regulamentos e orientações regulatórias pertinentes;
- As avaliações de risco do Conglomerado, incluindo os riscos de reputação e estratégicos;
- A avaliação da estrutura de capital ideal do Conglomerado;
- Ambientes de mercado e econômico;
- Os negócios conduzidos pelo Conglomerado; e
- Os instrumentos de capital.

a. Estrutura de capital

Há três principais exigências de capital no Brasil que impactam o Conglomerado:

- **Exigências de capital - Basileia** - O BACEN supervisiona o sistema bancário brasileiro de acordo com as diretrizes do Comitê de Basileia e outras regulamentações aplicáveis, incluindo o Acordo de Capital da Basileia.
- **Exigências de capital - Limite de exposição por cliente** - O CMN e o BACEN limitam a exposição total às contrapartes em 25% do Capital Regulatório de Nível 1 do Conglomerado.
- **Limite de exposição cambial** - De acordo com o artigo 1º da Resolução nº 3.488/07, o limite máximo de exposição cambial foi estabelecido em 30% do Patrimônio de Referência do Conglomerado Financeiro.

A meta do Conglomerado é manter um nível de capital próprio que exceda os limites mínimos regulatórios nos termos da regulamentação em vigor, bem como um *buffer* que reflita o ambiente do mercado, nossos negócios e futuras alterações regulatórias.

b. Plano de contingência de capital (CCP)

No caso de um possível déficit em relação à meta de capital, o Conglomerado manterá um Plano de Contingência de Capital (“CCP”) que o possibilitará responder rapidamente a um possível déficit no capital em relação à meta de capital. O CCP fornece uma estrutura para analisar e responder a uma deficiência efetiva ou observada, incluindo, entre outros, a identificação de fatores que desencadeiam uma deficiência de capital, bem como de fatores de redução e possíveis ações. O CCP delinea procedimentos de comunicação apropriados a serem seguidos durante um período de crise, incluindo divulgação interna de informações, bem como garantia de comunicação pontual com interessados externos.

Em conformidade com a Resolução BCB nº 54/20 do BACEN, as informações referentes à gestão de riscos, à apuração do montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA) e à apuração do Patrimônio de Referência (PR) estão disponíveis no site: <http://www.goldmansachs.com/worldwide/brazil/regulatory-disclosures/gestao-de-risco.html>.

5. GERENCIAMENTO DE RISCO - VISÃO GERAL

O Conglomerado acredita que gerir o risco de maneira eficiente é essencial para o sucesso do seu negócio. Desta forma, conta com abrangentes processos de gestão de risco, através do qual monitora, avalia e administra os riscos assumidos na realização de suas atividades. Tais processos incluem a gestão da exposição ao risco de mercado, de crédito, de liquidez, operacional, jurídico, regulatório e de reputação, incluindo também questões socioambientais. A estrutura de gestão de risco foi desenvolvida com base em três componentes essenciais: governança, processos e pessoas.

- **Governança:** A estrutura de governança do Conglomerado detém o conhecimento e a responsabilidade necessários para a tomada de decisão em questões de gestão de risco, bem como para garantir a implantação de tais decisões. A governança tem início com a Diretoria do Conglomerado, que tem um papel significativo na revisão e aprovação das políticas e práticas de gestão de risco, seja diretamente ou através de seus comitês.
- **Processos:** São mantidos pelo Conglomerado diversos processos, procedimentos e controles efetivos que são componentes essenciais à gestão de risco. O Conglomerado aplica uma estrutura rigorosa de controles de limites para controlar riscos em diversas transações, produtos, negócios e mercados. Isso inclui o estabelecimento de limites de risco de crédito e de mercado em diversos níveis, bem como o monitoramento diário destes limites.
- **Pessoas:** A gestão de risco eficiente requer que as equipes que se envolvam na apuração e avaliações destas questões possam interpretá-las adequadamente e possam realizar ajustes contínuos ao portfólio do Conglomerado.

O Comitê de Risco no Brasil (GSBRC) do Conglomerado tem a missão de monitorar e controlar os riscos em todas as áreas de negócios que o Conglomerado atua no Brasil ou em todas as operações afetadas pelo Brasil. As metodologias de gestão e controles de risco do Comitê são consistentes com as metodologias do Comitê de Risco do Grupo.

As obrigações e responsabilidades do Comitê são: risco de mercado, finanças, crédito, risco operacional e outros. Ao cumprir essas obrigações e responsabilidades, o Comitê deve considerar, entre outras coisas, o possível efeito de quaisquer oportunidades de negócios, transações, produtos, aquisições, investimentos, atividades ou outros assuntos sobre a reputação do Conglomerado.

a. Risco de crédito

Risco de crédito significa a possibilidade de perdas decorrentes de inadimplência ou de deterioração da qualidade do crédito de terceiros.

Em linha com os princípios da Resolução CMN nº 4.557/17, o Conglomerado possui uma estrutura e um normativo institucional de gerenciamento do risco de crédito, aprovado por seu Comitê de Risco.

A exposição ao risco de crédito do Conglomerado está em sua maior parte relacionada às operações de clientes no mercado de balcão. O risco de crédito também é proveniente de recursos financeiros depositados em outros bancos, operações de financiamento de títulos (tais como operações compromissadas) e recebíveis.

A Gestão de Risco de Crédito tem como objetivo avaliar, monitorar e administrar o risco de crédito ao qual o Conglomerado está exposto, e é independente em relação às unidades de negócios (geradoras de receita).

O Comitê de Risco do Conglomerado (GSBRC) revisa as políticas e parâmetros de crédito estabelecidos pelos Comitês Globais, adequando-os conforme necessário para a Goldman Sachs Brasil, garantindo a conformidade com as exigências regulatórias locais.

As políticas autorizadas pelos Comitês Globais e local estabelecem o nível de aprovação formal necessária para que o Conglomerado assuma uma determinada exposição de risco em relação a um terceiro, levando em consideração quaisquer disposições de compensação, garantias e demais mitigadores de risco de crédito vigentes.

b. Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de perda de valor de uma carteira devido às mudanças nos preços de mercado.

O Conglomerado mantém sua carteira com o principal intuito de formar mercado para clientes e para atividades de investimento e crédito. Deste modo, mudanças na carteira se baseiam no atendimento das solicitações de clientes e em oportunidades de investimento para o Conglomerado. A contabilização da carteira é realizada a valor de mercado e, portanto, com flutuação diária.

As categorias de risco de mercado incluem:

- **Risco de taxa de juros:** resultante, principalmente, das exposições às mudanças no nível e inclinação das curvas de rendimentos de juros, às volatilidades das taxas de juros e aos *spreads* de crédito.

- **Risco de preço das ações:** decorrente das exposições às mudanças de preços e volatilidades de cada ação, cestas de ações e índices de ações.
- **Risco de taxa de câmbio:** resultante das exposições às mudanças nos preços à vista, preços futuros e volatilidades das taxas de câmbio.
- **Risco de preço de commodities:** decorrente das exposições às mudanças nos preços à vista, preços futuros e volatilidades das mercadorias *commodities*.

A Gestão de Riscos de Mercado, que é independente em relação às unidades geradoras de receita, está diretamente subordinada ao diretor de riscos e tem a responsabilidade principal de avaliar, monitorar e gerir riscos de mercado.

Os riscos são monitorados e controlados por meio de uma supervisão rigorosa e também através das funções independentes de controle e de suporte, que se estendem a todos os negócios globais do Conglomerado.

São empregadas diversas métricas de risco para calcular a dimensão das perdas em potencial, tanto para movimentos de mercado suaves como para os mais extremos, dentro de horizontes de curto e longo prazo.

As métricas de risco usadas para horizontes de curto prazo incluem VaR (“*Value at Risk*”) e métricas de sensibilidade (análise de cenários e teste de estresse). Para horizontes de longo prazo, as principais métricas de risco são os testes de estresse (“*stress-test*”).

- **Value at Risk:** O VaR é a perda potencial em valor das posições em uma carteira devido a mudanças adversas de variáveis de mercado, em um determinado período de tempo, com um grau de confiança, sendo normalmente empregado um horizonte de um dia com 95% de confiança. O modelo captura riscos e a diversificação do risco agregado do Conglomerado, o qual avalia a exatidão do modelo através de backtesting diário.

Fator de risco	2022	2021
Taxa de juros	16,66	5,69
Moedas	8,75	12,28
Ações	3,04	1,45
Commodities	0,00	0,06
Total	19,75	13,84
Efeito da diversificação	(8,70)	(5,58)
Percentual da diversificação (%)	31 %	29 %

- **Análise de cenários e teste de estresse:** Análise de cenários e testes de estresse mostram os possíveis efeitos nos resultados do Consolidado de vários eventos de mercado, incluindo, mas não limitado a: um grande aumento em *spreads* de crédito, uma queda substancial no mercado de ações e movimentos significativos em mercados emergentes.

O Conglomerado utiliza limites de risco em diversos níveis para gerenciar o seu “apetite” a risco através do controle de suas exposições ao risco de mercado. Tais limites são revistos frequentemente e, conforme necessário, alterados permanente ou temporariamente para refletir as mudanças nas condições de mercado, de negócios ou de tolerância ao risco. Os limites também são monitorados diariamente pelo Departamento de Risco de Mercado. Violações de limite são reportadas para a estrutura de governança, conforme apropriado.

Os relatórios de risco incluem detalhes sobre os principais riscos e seus determinantes, e são distribuídos para a alta administração do Conglomerado.

c. Risco operacional

Risco operacional é o risco de perda causada por pessoas, sistemas ou resultante de processos internos inadequados ou de eventos externos.



De acordo com os requisitos especificados na Resolução CMN nº 4.557/17 e melhores práticas de mercado, o Conglomerado possui uma estrutura local de gestão do risco operacional em conformidade com as práticas globais do Grupo Goldman Sachs no que diz respeito à gestão e medição de exposição ao risco operacional. Potenciais hipóteses de eventos de perda, relacionadas ao risco operacional interno e externo, incluem:

- Clientes, produtos e práticas comerciais;
- Execução, entrega e gestão de processos;
- Descontinuidade de negócios e falhas de sistema;
- Gerenciamento de recursos humanos e segurança no trabalho;
- Danos em ativos físicos;
- Fraude interna; e
- Fraude externa.

O Conglomerado mantém completa estrutura de controle, projetada para fornecer um ambiente seguro, de forma a minimizar riscos operacionais.

O Comitê Global de Risco Operacional, juntamente com comitês regionais, supervisionam o contínuo desenvolvimento e a implementação das estruturas e políticas de risco operacional do Conglomerado.

O departamento de Gestão de Risco Operacional é independente das unidades geradoras de receita e é responsável pelo desenvolvimento e implementação de políticas, metodologias e controles em uma estrutura formalizada para a gestão de risco operacional do Conglomerado.

d. Risco de liquidez

A Gestão da Liquidez tem importância crítica em instituições financeiras. Dessa forma, o Conglomerado estabeleceu uma série de políticas de gestão de liquidez que visam manter a flexibilidade para lidar com eventos de liquidez específicos do Goldman Sachs, mas também do mercado financeiro que podem afetar as operações do Conglomerado. O objetivo principal destas políticas e controles é prover recursos para o Conglomerado e permitir a manutenção dos negócios e geração de receita até mesmo sob circunstâncias adversas.

O Conglomerado observa e atende aos termos e solicitações da Resolução CMN nº 4.557/17.

As informações de maior relevância e os resultados gerados pelos modelos internos de liquidez, incluindo o teste de estresse, são disseminados para grande parte da alta gerência no Brasil e no exterior, incluindo o diretor estatutário responsável pelo risco de liquidez da instituição.

6. SEGREGAÇÃO ENTRE CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE

Em 30 de junho de 2022, os montantes circulantes e não circulantes a serem recuperados ou liquidados em até 12 meses ou mais do que 12 meses, para cada ativo e passivo do balanço patrimonial, são compostos conforme segue:

GOLDMAN SACHS DO BRASIL BANCO MÚLTIPLO S.A.

Rua Leopoldo Couto de Magalhães Júnior nº 700, 16º andar, 17º andar e 18º andar, CEP: 04542-000
CNPJ 04.332.281/0001-30



Ativo	Junho 2022	Circulante	Não Circulante
Disponibilidades	526.417	526.417	—
Instrumentos financeiros	26.144.574	19.646.739	6.497.835
Aplicações em operações compromissadas	2.077.062	2.077.062	—
Aplicações em depósitos interfinanceiros	350.621	207.575	143.046
Títulos e valores mobiliários	8.076.232	6.601.808	1.474.424
Instrumentos financeiros derivativos	12.576.147	7.987.920	4.588.227
Operações de crédito	321.179	29.041	292.138
Outros instrumentos financeiros	2.743.333	2.743.333	—
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(9.035)	(35)	(9.000)
Ativos fiscais correntes e diferidos	743.063	7.914	735.149
Imposto de renda e contribuição social - Diferido	706.032	—	706.032
Impostos e contribuições a compensar	37.031	7.914	29.117
Outros ativos	782.537	780.108	2.429
Investimentos em participações em controladas	428.428	—	428.428
Imobilizado de uso	93.559	—	93.559
(-) Depreciações acumuladas	(72.216)	—	(72.216)
Total do ativo	28.637.327	20.961.143	7.676.184
Passivo e Patrimônio líquido	Junho 2022	Circulante	Não Circulante
Depósitos e demais instrumentos financeiros	24.459.736	15.890.224	8.569.512
Depósitos de clientes e instituições financeiras	3.443.976	481.174	2.962.802
Obrigações por empréstimos	2.953.833	2.953.833	—
Obrigações por operações compromissadas	1.557.189	1.557.189	—
Certificados de operações estruturadas	201.334	—	201.334
Instrumentos financeiros derivativos	13.559.980	8.154.604	5.405.376
Outros instrumentos financeiros	2.743.424	2.743.424	—
Provisões	1.107	—	1.107
Obrigações fiscais	951.906	147.117	804.789
Impostos de renda e contribuição social - Corrente	109.621	109.621	—
Imposto de renda e contribuição social - Diferido	804.789	—	804.789
Outras obrigações fiscais	37.496	37.496	—
Outros passivos	729.540	605.670	123.870
Patrimônio líquido	2.495.038	—	—
Capital social	2.384.082	—	—
Reservas de lucros	5.432	—	—
Outros resultados abrangentes	2.318	—	—
Lucros acumulados	103.206	—	—
Total do passivo e patrimônio líquido	28.637.327	16.643.011	9.499.278

GOLDMAN SACHS DO BRASIL BANCO MÚLTIPLO S.A.

Rua Leopoldo Couto de Magalhães Júnior nº 700, 16º andar, 17º andar e 18º andar, CEP: 04542-000
CNPJ 04.332.281/0001-30



Ativo	Dezembro 2021	Circulante	Não Circulante
Disponibilidades	3.155	3.155	—
Instrumentos financeiros	16.955.212	10.750.866	6.204.346
Aplicações em operações compromissadas	2.853.519	2.853.519	—
Aplicações em depósitos interfinanceiros	158.650	4.426	154.224
Aplicações em moedas estrangeiras	14	14	—
Títulos e valores mobiliários	7.795.054	6.316.912	1.478.142
Instrumentos financeiros derivativos	5.780.398	1.208.418	4.571.980
Operações de crédito	109.197	109.197	—
Outros instrumentos financeiros	258.380	258.380	—
Ativos fiscais correntes e diferidos	615.178	—	615.178
Imposto de renda e contribuição social - Diferido	584.615	—	584.615
Impostos e contribuições a compensar	30.563	—	30.563
Outros ativos	950.596	945.192	5.404
Investimentos em participações em controladas	397.075	—	397.075
Imobilizado de uso	79.524	—	79.524
(-) Depreciações acumuladas	(66.756)	—	(66.756)
Total do ativo	18.933.984	11.699.213	7.234.771
Passivo e Patrimônio líquido	Dezembro 2021	Circulante	Não Circulante
Depósitos e demais instrumentos financeiros	14.582.133	3.481.720	11.100.413
Depósitos de clientes e instituições financeiras	5.956.849	97.290	5.859.559
Obrigações por empréstimos	1.805.716	1.805.716	—
Obrigações por operações compromissadas	235.810	235.810	—
Certificados de operações estruturadas	195.148	11.740	183.408
Instrumentos financeiros derivativos	6.129.498	1.072.052	5.057.446
Outros instrumentos financeiros	259.112	259.112	—
Provisões	814	—	814
Obrigações fiscais	841.078	90.649	750.429
Impostos de renda e contribuição social - Corrente	45.377	45.377	—
Imposto de renda e contribuição social - Diferido	750.429	—	750.429
Outras obrigações fiscais	45.272	45.272	—
Outros passivos	1.146.931	1.087.611	59.320
Patrimônio líquido	2.363.028	—	—
Capital social	2.179.096	—	—
Reservas de capital	33.213	—	—
Reservas de lucros	171.773	—	—
Outros resultados abrangentes	(21.054)	—	—
Total do passivo e patrimônio líquido	18.933.984	4.659.980	11.910.976

7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, caixa e equivalentes de caixa são representados conforme abaixo demonstrado:

	<u>Junho 2022</u>	<u>Dezembro 2021</u>
Depósito no exterior em moeda estrangeira	525.499	1.853
Banco Central do Brasil - reserva livre	918	1.302
Aplicações em operações compromissadas (nota 8 (a))	2.077.062	1.756.595
Aplicações em moedas estrangeiras (nota 8 (c))	—	14
Total	<u>2.603.479</u>	<u>1.759.764</u>

8. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a. Aplicações em operações compromissadas

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, o saldo está composto conforme abaixo demonstrado:

	<u>Junho 2022</u>		<u>Dezembro 2021</u>	
	<u>Até 3 meses</u>	<u>Total</u>	<u>Até 3 meses</u>	<u>Total</u>
Posição bancada:				
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	—	—	1.730.595	1.730.595
Letras do Tesouro Nacional – LTN	—	—	26.000	26.000
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	1.142.005	1.142.005	395.705	395.705
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F	744.138	744.138	619.971	619.971
Subtotal	<u>1.886.143</u>	<u>1.886.143</u>	<u>2.772.271</u>	<u>2.772.271</u>
Posição vendida:				
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	2.941	2.941	81.248	81.248
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F	187.978	187.978	—	—
Subtotal	<u>190.919</u>	<u>190.919</u>	<u>81.248</u>	<u>81.248</u>
Total	<u>2.077.062</u>	<u>2.077.062</u>	<u>2.853.519</u>	<u>2.853.519</u>

b. Aplicações em depósitos interfinanceiros

Em 30 de junho de 2022, estão constituídas por aplicações em Certificados de Depósitos Interfinanceiros no valor de R\$ 350.621 (dezembro 2021 - R\$ 158.650), com vencimento até 21 de dezembro de 2026 e taxas correspondentes a 100% do DI.

c. Aplicações em moedas estrangeiras

Em 31 de dezembro de 2021 referem-se a aplicações no exterior junto à The Goldman Sachs Group, Inc., Nova Iorque no montante de R\$ 14. Não há saldo em 30 de junho de 2022.

d. Títulos e valores mobiliários

A carteira de títulos e valores mobiliários está classificada, conforme os critérios estabelecidos na Circular nº 3.068/01 do BACEN, na categoria “títulos para negociação”.

O valor de mercado dos títulos públicos e privados representa o seu valor presente, o qual foi calculado com base no fluxo de caixa futuro descontado pelas taxas praticadas no mercado.

GOLDMAN SACHS DO BRASIL BANCO MÚLTIPLO S.A.

Rua Leopoldo Couto de Magalhães Júnior nº 700, 16º andar, 17º andar e 18º andar, CEP: 04542-000
CNPJ 04.332.281/0001-30

Goldman
Sachs

O valor da aplicação em quotas do Fundo de Investimento Liquidez da Câmara BM&FBOVESPA Multimercado ("FILCB") e de fundo de investimento em direitos creditórios ("FIDC") reflete o valor da última quota divulgada pelos administradores dos fundos, contemplando os resgates e aplicações realizados no período.

As ações são valorizadas pelas cotações de fechamento divulgadas pela B3 em contrapartida ao resultado do período.

O saldo da carteira de títulos e valores mobiliários, bem como sua composição, estão assim demonstrados em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021

d.1 Composição por classificação e tipo

Composição da carteira	Junho 2022		Dezembro 2021
	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de mercado
Carteira Própria	5.502.065	5.503.296	6.200.063
Letras do Tesouro Nacional – LTN	2.113.056	2.113.306	4.011.070
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	1.138.223	1.132.482	33.149
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F	206.689	205.770	233.856
Cotas de FIDC	1.195.957	1.195.957	1.158.892
Debêntures	645.604	653.245	699.504
Ações	202.536	202.536	63.592
Vinculados a Compromisso de Recompra	1.372.772	1.372.449	154.700
Letras do Tesouro Nacional – LTN	1.372.772	1.372.449	154.700
Vinculados a Prestação de Garantias na B3	1.201.364	1.200.487	1.440.291
Letras do Tesouro Nacional – LTN	1.162.685	1.161.808	1.399.340
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F	—	—	4.330
Fundo de Investimento Liquidez da Câmara BM&FBOVESPA Multimercado - FILCB	38.679	38.679	36.621
Total da carteira	8.076.201	8.076.232	7.795.054

d.2 Classificação e composição por prazo de vencimento

	Junho 2022					Dezembro 2021	
	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Valor de mercado	Valor de mercado
Títulos para negociação (1)							
Carteira própria	1.399.269	5.201	1.521.378	1.759.960	165.611	4.851.419	6.200.063
Vinculados a compromisso de recompra	—	—	1.372.449	—	—	1.372.449	154.700
Vinculados a prestação de garantias na B3 (2)	38.679	—	1.161.808	—	—	1.200.487	1.440.291
Subtotal	1.437.948	5.201	4.055.635	1.759.960	165.611	7.424.355	7.795.054
Títulos disponíveis para venda							
Carteira própria	—	403.893	—	247.984	—	651.877	—
Subtotal	—	403.893	—	247.984	—	651.877	—
Total da carteira	1.437.948	409.094	4.055.635	2.007.944	165.611	8.076.232	7.795.054

1. Títulos classificados na categoria para negociação e, assim, apresentados no balanço patrimonial como ativo circulante, independente de suas datas de vencimento, conforme Circular nº 3.068/01, do BACEN.
2. Os títulos públicos vinculados à prestação de garantia referem-se às operações realizadas junto à B3.

e. Instrumentos financeiros derivativos

Estão representados por operações de futuros, swap, opções, operações a termo de título público e de moeda - NDF (Non-Deliverable Forward) e outros derivativos devidamente registrados na B3, envolvendo taxas do mercado interfinanceiro, ações, commodities e variação cambial.

O Banco atua no mercado de futuros da B3, principalmente como parte da execução de sua política de gerenciamento de riscos, a fim de reduzir os riscos resultantes de suas operações (hedge global).

A área de Gerenciamento de Risco é independente e utiliza técnicas globais para mensuração dos potenciais riscos inerentes ao carregamento de suas posições.

A gestão de riscos e os controles internos existentes visam permitir que o Banco não se exponha excessivamente à movimentação das taxas de juros, índices de preços, do câmbio e de commodities.

Os controles mantidos são aprovados internamente, adotando-se os parâmetros internacionais utilizados pela organização mundialmente. Tais controles baseiam-se em parâmetros estatísticos, tais como "VaR".

A precificação dos contratos futuros detidos pelo Banco é apurada com base nos preços de fechamento divulgados diariamente pela B3.

A precificação das operações de swap e a termo de título público e NDF é fundamentada pela geração de curvas de mercado obtidas por intermédio de estruturas temporais de taxas de juros, cujas cotações de preços são obtidas pela mesa de operações e divulgadas por agências como Bloomberg, Reuters, Anbima e a própria B3.

O valor justo das opções é determinado com base em modelos matemáticos, tais como *Black & Scholes*, utilizando curvas de rendimento, volatilidades implícitas e o valor justo do ativo correspondente. Os preços atuais de mercado são usados para analisar as volatilidades.

Os instrumentos financeiros derivativos listados acima, registrados em contas patrimoniais e de compensação, em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, estão representados como segue:

e.2 Composição por indexador

	Valor a receber	Valor a pagar	Junho 2022	Dezembro 2021
			Valor nominal	Valor nominal
Operações de swap	4.353.260	(5.558.828)	92.634.238	109.073.238
Ações x Pré	1.992	—	26.701	—
CDI x Ações	5.141	—	45.512	29.260
CDI x CDI	8.467	—	234.615	234.615
CDI x IPCA	166.966	(1.556.135)	22.267.633	20.368.427
CDI x Libor	39.240	(309.109)	1.100.840	1.124.870
CDI x Pré	580.894	(22.219)	12.149.938	27.642.809
CDI x TLP	59.552	—	1.039.043	500.000
CDI x USD	652.064	(871.402)	8.635.316	6.960.426
CDI x USD Pré	223.245	(54.496)	1.980.377	1.252.352
Commodities x Commodities	156.289	(156.091)	1.266.248	—
IPCA x CDI	560.860	(100.404)	12.303.577	11.669.577
Libor x CDI	232.367	(38.814)	980.741	1.004.771
Libor x USD	270.392	(16)	3.296.150	3.359.573
Outros x USD	—	(3.357)	11.100	11.100
Pré x Ações	—	(1.920)	26.701	—
Pré x CDI	18.273	(708.290)	10.772.355	21.030.851

GOLDMAN SACHS DO BRASIL BANCO MÚLTIPLO S.A.

Rua Leopoldo Couto de Magalhães Júnior nº 700, 16º andar, 17º andar e 18º andar, CEP: 04542-000
CNPJ 04.332.281/0001-30



TLP x CDI	—	(52.700)	985.486	500.000
USD EMTA x USD	—	(448.545)	651.500	651.500
USD Pré x CDI	34.517	(469.947)	3.300.337	2.572.312
USD x CDI	853.877	(499.658)	7.667.736	6.205.041
USD x Libor	16	(265.725)	3.229.753	3.293.176
USD x USD EMTA	485.728	—	651.456	651.456
USD x Outros	3.380	—	11.123	11.122
Opções de ações	139.450	(93.673)	2.835.231	2.198.858
Compra de opção de compra	53.956	—	1.041.172	799.745
Venda de opção de compra	—	(46.588)	786.782	487.505
Compra de opção de venda	85.494	—	528.227	451.637
Venda de opção de venda	—	(47.085)	479.050	459.971
Opções de moeda	31.031	(32.125)	2.632.262	2.164.068
Compra de opção de compra	20.880	—	704.121	529.798
Venda de opção de compra	—	(21.974)	704.121	529.798
Compra de opção de venda	10.151	—	612.010	552.236
Venda de opção de venda	—	(10.151)	612.010	552.236
Opções de commodities	1.535	—	28.623	30.495
Compra de opção de compra	1.535	—	28.623	30.495
NDF (Non-Deliverable Forward)	728.599	(632.663)	38.575.334	23.255.602
Posição comprada	651.544	(114.883)	21.307.354	9.873.961
Posição vendida	77.055	(517.780)	17.267.980	13.381.641
Outros derivativos	464.932	(391.623)	5.543.807	3.457.281
Posição comprada	464.547	(385)	3.371.888	2.362.480
Posição vendida	385	(391.237)	2.171.919	1.094.801
Operações com futuros	64.889	(26.185)	25.726.234	19.268.451
Posição comprada	55.243	(108)	16.712.626	15.880.158
Cupom cambial - DDI	7.994	—	1.572.856	563.932
DAP	32.221	—	11.795.603	10.089.104
DI	1.666	—	1.220.341	233.970
Dólar	13.362	—	2.114.843	4.993.152
Índice	—	(108)	8.983	—
Posição vendida	9.646	(26.077)	9.013.608	3.388.293
Cupom cambial - DDI	—	(17.245)	3.188.852	875.984
DAP	—	(267)	95.207	—
DI	—	(3.152)	3.505.365	1.469.157
Dólar	3.566	—	723.066	338.420
SCS	6.080	—	—	24.972
WDO	—	(5.413)	1.501.118	679.760
Termo de título público	6.857.340	(6.851.068)	6.857.369	187.449
Compra a termo de título público	3.061.144	(3.054.843)	3.061.144	100.471
Venda a termo de título público	3.796.196	(3.796.225)	3.796.225	86.978
Total	12.641.036	(13.586.165)	174.833.098	159.635.442

GOLDMAN SACHS DO BRASIL BANCO MÚLTIPLO S.A.

Rua Leopoldo Couto de Magalhães Júnior nº 700, 16º andar, 17º andar e 18º andar, CEP: 04542-000
CNPJ 04.332.281/0001-30



e.2 Composição por valor nominal por contraparte

	Junho 2022					Dezembro 2021
	Instituições Financeiras	Corporate /Setor Público	Institucional	B3	Total	Total
Swaps	4.412.308	26.587.362	61.634.567	—	92.634.237	109.073.238
Opções	619.869	945.543	1.719.459	2.211.246	5.496.117	4.393.421
NDF (Non-Deliverable Forward)	129.902	7.180.347	31.265.084	—	38.575.333	23.255.602
Outros derivativos	713.558	1.097.361	3.732.888	—	5.543.807	3.457.281
Operações com futuros	—	—	—	25.726.234	25.726.234	19.268.451
Termo de título público	4.228.524	1.377.199	1.251.647	—	6.857.370	187.449
Total	10.104.161	37.187.812	99.603.645	27.937.480	174.833.098	159.635.442

e.3 Composição do valor nominal por local de negociação

	Junho 2022			Dezembro 2021
	Bolsa	Balcão	Valor nominal	Valor nominal
Swaps	—	92.634.237	92.634.237	109.073.238
Opções	2.211.246	3.284.871	5.496.117	4.393.421
NDF (Non-Deliverable Forward)	—	38.575.333	38.575.333	23.255.602
Outros derivativos	—	5.543.807	5.543.807	3.457.281
Operações com futuros	25.726.234	—	25.726.234	19.268.451
Termo de título público	—	6.857.370	6.857.370	187.449
Total	27.937.480	146.895.618	174.833.098	159.635.442

e.4 Comparação entre o valor de custo e o valor de mercado

Os ajustes diários das operações realizadas em mercado futuro, bem como o resultado dos contratos de swap, opções, termo de moeda e outros derivativos são registrados em receita ou despesa, quando auferidos, e representam seu valor de mercado atualizado.

	Junho 2022			Dezembro 2021
	Valor de custo	Ganhos/perdas não realizados	Valor de mercado	Valor de mercado
Ativo	10.974.329	1.601.818	12.576.147	5.780.399
Operações de swap	3.145.413	1.207.848	4.353.260	4.701.111
NDF (Non-Deliverable Forward)	592.213	136.385	728.599	369.459
Operações de opções	71.999	100.017	172.016	106.133
Outros derivativos	304.581	160.351	464.932	416.172
Termo de título Público	6.860.123	(2.783)	6.857.340	187.523
Passivo	(12.736.404)	(823.575)	(13.559.980)	(6.129.497)
Operações de swap	(4.966.667)	(592.160)	(5.558.828)	(5.297.724)
NDF (Non-Deliverable Forward)	(482.711)	(149.953)	(632.663)	(206.510)
Operações de opções	(158.657)	32.860	(125.798)	(91.352)
Outros derivativos	(276.054)	(115.569)	(391.623)	(346.426)
Termo de título Público	(6.852.315)	1.247	(6.851.068)	(187.486)

e.5 Resultado com derivativos

	Junho 2022	Junho 2021
<i>Swaps</i>	(74.923)	212.111
Futuros	905.831	169.735
<i>NDF (Non-Deliverable Forward)</i>	(478.847)	(62.757)
Opções	17.907	(121.148)
Outros	8.079	795
Total	378.047	198.736

f. Operações de crédito**f.1 Empréstimos**

As operações de crédito estão demonstradas pelo valor do principal, atualizado com base no indexador contratado, quando for o caso, acrescido dos rendimentos e encargos decorridos.

São classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo). As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

Em 30 de junho de 2022, a rubrica “Operações de Crédito” refere-se, principalmente, a empréstimo representado por um contrato indexado ao CDI acrescidos de uma taxa fixa anual, concedido na forma de cédula de crédito bancário para entidade não ligada, cuja atividade econômica se insere na categoria de prestação de serviços, com vencimento em junho de 2025 e pagamento de juros semestrais.

O valor atualizado no semestre findo em 30 de junho de 2022 é de R\$ 301.173 (dezembro 2021 - zero).

Em 30 de junho de 2022, o nível de risco da operação está classificado como “C”, razão pela qual foi constituída provisão para crédito de liquidação duvidosa no valor de R\$ 9.035 (dezembro 2021 - zero), correspondente a 3% do valor atualizado do crédito concedido.

No semestre findo em 30 de junho de 2022, a receita de operações de crédito é de R\$ 1.173 (junho 2021 - zero) e a despesa com provisão para crédito de liquidação duvidosa totaliza R\$ 9.035 (junho 2021 - zero). também composta por R\$ R\$ 205 (junho 2021 - R\$ 70) referente a rendas de empréstimos de ações.

A provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa, considerada suficiente pela Administração, atende ao requisito mínimo estabelecido pela Resolução CMN nº 2.682/99.

f.2 Direitos por empréstimos de ações

Em 30 de junho de 2022, as operações no montante de R\$ 20.006 (dezembro 2021 – R\$ 109.197) nas modalidades de empréstimos de valores mobiliários de que trata a Resolução CMN nº 3.539/08, com vencimento até 05 de agosto de 2022 (dezembro 2021 com vencimento até 08 de fevereiro de 2022).

f.3 Rendas de empréstimos - Outros

Em 30 de junho de 2022, o montante de R\$ 27.639 (dezembro 2021 – R\$ 3.513) refere-se a rendas de direitos por empréstimos de ações.

g. Outros instrumentos financeiros – Carteira de câmbio

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, os saldos são compostos por:

	<u>Junho 2022</u>	<u>Dezembro 2021</u>
Ativo		
Câmbio comprado a liquidar	756.461	167.229
Adiantamento em moedas estrangeiras recebidas	(105)	—
Direitos sobre vendas de câmbio	1.986.977	91.151
Total	2.743.333	258.380
Passivo		
Câmbio vendido a liquidar	1.988.341	90.928
(-) Adiantamento em moeda nacional enviados	(105)	—
Obrigações por compra de câmbio	755.188	168.184
Total	2.743.424	259.112

9. INVESTIMENTOS EM PARTICIPAÇÕES EM CONTROLADAS

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, o Banco possui participação de 100% em sociedade controlada, a Goldman Sachs do Brasil Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., conforme abaixo:

	<u>Junho 2022</u>	<u>Dezembro 2021</u>
Participação no capital integralizado	100 %	100 %
Quantidade de ações detidas	400.384.000	339.000.000
Capital social da controlada	400.384	339.000
Patrimônio líquido da controlada	428.428	397.075
Resultado de participação em controlada do semestre/exercício	28.546	53.254
Resultado acumulados com equivalência patrimonial	28.044	58.075
Valor contábil do investimento	428.428	397.075

10. IMOBILIZADO DE USO E DEPRECIACIONES ACUMULADAS

	<u>Junho 2022</u>			<u>Dezembro 2021</u>		
	<u>Custo</u>	<u>Depreciação acumulada</u>	<u>Valor líquido</u>	<u>Custo</u>	<u>Depreciação acumulada</u>	<u>Valor líquido</u>
Instalações, móveis e equipamentos de uso	51.439	(47.297)	4.142	49.579	(44.699)	4.880
Imobilizações em curso	468	—	468	448	—	448
Comunicação	28.520	(16.680)	11.840	17.109	(14.719)	2.390
Equipamentos de processamento de dados	13.132	(8.239)	4.893	12.388	(7.338)	5.050
Total	93.559	(72.216)	21.343	79.524	(66.756)	12.768

11. OUTROS ATIVOS

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, os saldos são compostos por:

	<u>Junho 2022</u>	<u>Dezembro 2021</u>
Negociação e Intermediação de valores	639.859	729.178
Valores a receber de sociedades líquidas (notas 16 (a))	49.758	183.040
Rendas a receber	66.544	22.084
Despesas antecipadas	1.299	1.123
Diversos	25.077	15.171
Total	782.537	950.596

- a. Negociação e intermediação de valores refere-se a depósitos em moeda estrangeira para garantia na Bolsa de Mercadorias de Câmbio (“BMC”) no montante de R\$ 246.186 (dezembro 2021 – R\$ 83.708), devedores – conta liquidações pendentes no montante de R\$ 52.848 (dezembro 2021 – R\$ 625.153), operações com ativos financeiros e mercadorias a liquidar no montante de R\$ 331.203 (dezembro 2021 – R\$ 10.694), e a outros créditos por negociação e intermediação de valores no montante de R\$ 9.623 (dezembro 2021 – 9.624). Do montante total relativo à negociação e intermediação de valores, R\$ 52.848 (dezembro 2021 - R\$ 635.847) correspondem à transação com partes relacionadas (nota 16 (a)).
- b. Rendas a receber refere-se, principalmente, a serviços de consultoria e assessoria técnica e financeira prestados a terceiros.
- c. Diversos refere-se, principalmente, ao reembolso de despesa decorrente do custo incorrido no desenvolvimento tecnológico de uso interno no montante de R\$ 17.455 (dezembro 2021 – R\$ 8.530) e a adiantamentos e antecipações salariais de férias e 13º salário no montante de R\$ 4.240 (dezembro 2021 – R\$ 464).

12. DEPÓSITOS E DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a. Depósitos de clientes e instituições financeiras

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, os saldos são compostos por:

	<u>Junho 2022</u>	<u>Dezembro 2021</u>
Depósitos interfinanceiros	<u>708.078</u>	<u>402.338</u>
De 1 a 90 dias	252.312	31.035
A vencer após 360 dias	455.766	371.303
Depósitos a prazo	<u>2.735.898</u>	<u>5.554.511</u>
De 1 a 90 dias	5.263	—
De 91 até 360 dias	14.800	233
A vencer após 360 dias	<u>2.715.835</u>	<u>5.554.278</u>
Total de depósitos	<u><u>3.443.976</u></u>	<u><u>5.956.849</u></u>

Depósitos interfinanceiros, representados por captações em Certificados de Depósitos Interfinanceiros com instituições financeiras, foram contratados a taxas equivalentes a 100% do DI, sendo R\$ 396.789 (dezembro 2021 - R\$ 371.303) correspondente a transação com partes relacionadas (nota 16 (a)).

Depósitos a prazo, representados por captações em Certificados de Depósitos Bancários, foram contratados a taxas que variam entre 98% e 114% do DI, sendo o montante de R\$ 2.214.881 (dezembro 2021 - R\$ 5.212.617) correspondente a transação com partes relacionadas (nota 16 (a)).

b. Obrigações por empréstimos

Em 30 de junho de 2022, referem-se, principalmente, a empréstimos captados no exterior junto à The Goldman Sachs Group, Inc., Nova Iorque, com vencimento em até 3 meses, no montantes de USD \$ 536.210, convertido pela taxa PTAX de fechamento equivalentes a R\$ 2.950.094 (dezembro 2021 – 1.805.716).

c. Obrigações por operações compromissadas

Em 30 de junho de 2022 estão representadas por obrigações em operações compromissadas no montante de R\$ 1.557.189 (dezembro 2021 - R\$ 235.810), sendo:

- R\$ 1.370.498 (dezembro 2021 – R\$ 153.852) correspondentes a recompras a liquidar de operações compromissadas realizadas com títulos da carteira própria, sendo o montante de R\$ 370.498 (dezembro 2021 – R\$ 153.852) referente a transações com partes relacionadas (nota 16 (a)); e
- R\$ 186.691 (dezembro 2021 – R\$ 81.958) correspondentes a obrigações referentes ao compromisso de devolução de títulos recebidos como lastro em operações compromissadas com acordo de livre movimentação, em razão da venda definitiva dos respectivos títulos, representadas por NTN-Bs e NTN-Fs (dezembro 2021 – NTN-B).

d. Certificados de operações estruturadas

Em 30 de junho de 2022, referem-se à captação por certificados de operações estruturadas (COE), com vencimento até março de 2027, no montante de R\$ 201.334 (dezembro 2021 - R\$ 195.148).

No semestre findo em 30 de junho de 2022, a despesa com as captações com certificados de operações estruturadas somam juntas R\$ 5.179 (junho 2021 – R\$ 5.442).

13. OUTROS PASSIVOS

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, o saldo está composto por:

	<u>Junho 2022</u>	<u>Dezembro 2021</u>
Negociação e intermediação de valores	533.956	822.447
Valores a pagar sociedades ligadas (notas 16 (a))	58.437	86.322
Provisão para despesas de pessoal	113.635	198.057
Provisão para outras despesas administrativas	19.750	34.413
Credores diversos	3.762	5.692
Total	<u>729.540</u>	<u>1.146.931</u>

- Negociação e intermediação de valores refere-se a caixas de registro e liquidação no montante de R\$ 88 (dezembro 2021 – 2.375), comissões e corretagens a pagar no montante de R\$ 8.648 (dezembro 2021 - R\$ 2.829), credores por empréstimos de ações no montante de R\$ 168.178 (dezembro 2021 - R\$ 94.373), e a outras obrigações por negociação e intermediação de valores no montante de R\$ 11.829 (dezembro 2021 – 9.684). Do montante total relativo à negociação e intermediação de valores, R\$ 345.815 (dezembro 2021 - R\$ 546) correspondem à transação com partes relacionadas (nota 16 (a)).
- Provisão para despesas de pessoal refere-se, principalmente, à provisão para gratificações a pagar (bônus) no montante de R\$ 69.504 (dezembro 2021 – R\$ 3.185) e à provisão para impostos sobre gratificações a pagar (bônus) no montante de R\$ 23.770 (dezembro 2021 – R\$ 1.089). Em 31 de dezembro de 2021 refere-se, ainda, à gratificações a pagar (bônus) no montante de R\$ 126.307 e a encargos sobre gratificações a pagar (bônus) no montante de R\$ 42.053.
- Provisão para outras despesas administrativas refere-se, substancialmente, à provisão de encargos sociais sobre os saldos relativos ao pagamento baseado em ações no montante de R\$ 15.815 (dezembro 2021 - R\$ 27.759).

14. IMPOSTO DE RENDA (IR) E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (CS) CORRENTES E DIFERIDOS E OUTRAS OBRIGAÇÕES FISCAIS**a. Impostos e contribuições correntes**

Em 30 de junho de 2022 e 2021, os saldos são representados como segue:

	<u>Junho 2022</u>		<u>Junho 2021</u>	
	<u>IRPJ</u>	<u>CSLL</u>	<u>IRPJ</u>	<u>CSLL</u>
Resultado antes da tributação sobre o lucro e	183.988	183.988	213.771	213.771
Participações estatutárias no lucro	—	—	(3.642)	(3.642)
Juros sobre o capital próprio	—	—	—	—
Resultado antes da tributação sobre o lucro ajustado	183.988	183.988	210.129	210.129
Imposto de renda (25%) e contribuição social (20%) antes dos ajustes fiscais	45.997	36.798	52.532	42.026
Diferenças temporárias	59.041	47.233	17.260	13.808
Diferenças permanentes	(14.860)	(14.976)	(13.049)	(13.229)
Outros	—	—	2.651	2.121
Imposto de renda e contribuição social do semestre	<u>90.178</u>	<u>69.055</u>	<u>59.394</u>	<u>44.726</u>

b. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, os saldos calculados com base na natureza das diferenças temporárias são demonstrados como segue:

	Origens		Tributos Diferidos			Junho 2022
	Junho 2022	Dezembro 2021	Dezembro 2021	Realização/ Reversão	Constituição	
Provisão para perdas de crédito	9.050	15	6	—	4.065	4.071
Marcação a mercado negativa – TVM e derivativos	1.390.983	1.164.208	523.894	(523.894)	625.942	625.942
Unidades de ações restritas – RSU	61.181	76.718	34.523	(16.386)	9.395	27.532
Remuneração Variável	97.995	16.432	7.395	(5.471)	42.175	44.099
Outras Provisões Indedutíveis	7.116	9.434	4.245	(4.245)	3.202	3.202
Marcação a mercado negativa – RSU – Patrimônio líquido	2.635	32.337	14.552	(14.552)	1.186	1.186
Total de ativos fiscais diferidos	1.568.960	1.299.144	584.615	(564.548)	685.965	706.032
Marcação a mercado positiva – TVM e derivativos	(1.780.731)	(1.667.619)	(750.429)	750.429	(801.329)	(801.329)
Marcação a mercado positiva – patrimônio líquido	(7.689)	—	—	—	(3.460)	(3.460)
Total de passivos fiscais diferidos	(1.788.420)	(1.667.619)	(750.429)	750.429	(804.789)	(804.789)

Uma vez atendidos os critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.842/20, quais sejam: (i) apresentem histórico de lucros ou de receitas tributáveis para fins de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, conforme o caso, comprovado pela ocorrência dessas situações em, pelo menos, três dos últimos cinco exercícios sociais, incluindo o exercício em referência e (ii) haja expectativa de geração de lucros ou receitas tributáveis futuras para fins de IR e CS, em períodos subsequentes, baseada em estudo técnico que demonstre a probabilidade de ocorrência de obrigações futuras com impostos e contribuições que permitam a realização do ativo fiscal diferido no prazo máximo de dez anos; no semestre findo em 30 de junho de 2022, o Banco reconhece ativo diferido fiscal sobre imposto de renda e contribuição social relativos a prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, nos montantes de R\$ 392.240 e R\$ 313.792, respectivamente. A previsão de realização dos créditos tributários no montante de R\$ 706.032 é estimada em 7% no primeiro ano, 2% no segundo, 1% no terceiro, 2% no quarto e 0% no quinto ano. Os 88% restantes são realizáveis nos cinco anos seguintes. O valor presente dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social, calculados considerando a estimativa de taxa de juros futuros apurada com base nas taxas médias de captação do Banco, monta a R\$ 173.178 e R\$ 138.543, respectivamente. Já o valor presente dos passivos tributários monta a R\$ 375.055 e R\$ 300.044, respectivamente. O valor de crédito tributário não ativado sobre o prejuízo fiscal monta a R\$ 9.051 (dezembro 2021 – R\$ 9.051). O valor de crédito não ativado, por não atender aos critérios estabelecidos na Resolução mencionada anteriormente, monta a R\$ 136.640 (dezembro 2021 – R\$ 114.248).

c. Obrigações fiscais - Outras

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, o saldo está composto por:

	Junho 2022	Dezembro 2021
Impostos e contribuições sobre salários	8.107	7.557
Outros – PIS, Cofins, ISS e CIDE	9.057	19.964
Impostos e contribuições sobre serviços de terceiros (1)	20.332	17.751
Total	37.496	45.272

- Impostos e contribuições sobre serviços de terceiros referem-se, substancialmente, a imposto de renda retido na fonte sobre operações de *swap* no montante de R\$ 14.174 (dezembro 2021 – R\$ 702). Em 31 de dezembro de 2021, refere-se ainda a imposto de renda retido na fonte sobre juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 15.000.

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a. Capital social**

O capital social subscrito e totalmente integralizado é representado, em 30 de junho de 2022, por 2.384.082 (dezembro 2021 - 2.179.097) ações ordinárias nominativas sem valor nominal ao preço unitário de R\$ 1 (hum real) cada ação, em conformidade com a regulamentação aplicável.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 22 de junho de 2022, foi aprovado o aumento de capital proposto pela Administração no montante de R\$ 204.986 (dezembro 2021 – R\$ 651.000), mediante a incorporação ao capital social dos valores de (i) de R\$ 13.389 a título de reserva legal; (ii) R\$ 33.213 a título de reserva de capital; e R\$ 158.384 a título de reservas estatutárias, sendo emitidas 200.014.009 (dezembro 2021 - 651.000.000) novas ações ordinárias nominativas sem valor nominal ao preço unitário de R\$ 1 (hum real). Esse aumento de capital encontra-se em fase de homologação junto ao BACEN.

b. Reservas de capital

A Resolução CMN nº 3.989, de 31 de dezembro de 2011, alterou a partir de 1º de janeiro de 2012, a prática contábil relativa ao registro de benefícios pagos em ações (nota 17 (b)). De acordo com o disposto na referida Resolução, as instituições financeiras e as demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN devem observar os critérios e condições estabelecidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 10 (R1) - Pagamento baseado em ações, aprovado pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) em 03 de dezembro de 2010, na mensuração, reconhecimento e divulgação das transações com pagamento baseado em ações. Em 30 de junho de 2022, o saldo da rubrica “Reservas de capital” foi integralmente incorporado como aumento de capital.

c. Reservas de lucros, dividendos e juros sobre o capital próprio

Nos termos do artigo 189, da Lei nº 6.404/76, do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados e a provisão para o imposto sobre a renda. Ainda, nos termos do artigo 193 da referida Lei, do Lucro Líquido do período, 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da Reserva legal, que não excederá de 20% (vinte por cento) do capital social. Conforme mencionado no parágrafo segundo do referido artigo, a Reserva legal tem por fim assegurar a integridade do Capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o Capital.

Nos termos do artigo 25 do Estatuto Social do Banco, a Diretoria poderá declarar dividendos à conta do lucro apurado no balanço ao fim de cada exercício e em 30 de junho de cada ano. O pagamento de juros sobre o capital próprio (“JCP”) é efetuado dentro do limite de dedutibilidade e apurado sobre o lucro do exercício. Com base na Deliberação CVM nº 683/2012 o tratamento contábil dado aos JCP é análogo ao tratamento dado aos dividendos obrigatórios, ou seja, o valor determinado é lançado diretamente na conta de Lucros acumulados.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 22 de junho de 2022, foi aprovada (i) a utilização da Reserva Legal para aumento de capital no montante de R\$ 13.389 (dezembro 2021 – 46.000).

Em 30 de junho de 2022, o saldo da rubrica “Reservas de lucros” totaliza R\$ 5.432 (dezembro 2021 - R\$ 171.773), sendo constituído por “Reserva legal” no montante de R\$ 5.432 (dezembro 2021 - R\$ 13.389). Em 31 de dezembro de 2021 era ainda constituída pela “Reserva estatutária” no montante de R\$ 158.384).

16. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**a. Empresas controladoras, controladas e outras partes relacionadas**

Em 30 de junho de 2022, as transações realizadas entre o Banco e partes relacionadas, em conformidade com as normas estabelecidas pelo BACEN, com controladores (1), controladas (2), coligadas (3) e com outras partes relacionadas (4) estão representadas por:

GOLDMAN SACHS DO BRASIL BANCO MÚLTIPLO S.A.

Rua Leopoldo Couto de Magalhães Júnior nº 700, 16º andar, 17º andar e 18º andar, CEP: 04542-000
CNPJ 04.332.281/0001-30



	Junho 2022		Dezembro 2021	Junho 2021
	Ativo (passivo)	Receita (despesa)	Ativo (passivo)	Receita (despesa)
Investimento em controlada	428.428	19.682	397.075	24.690
Goldman Sachs do Brasil C.T.V.M. S.A. (2)	428.428	19.682	397.075	24.690
Aplicações em moedas estrangeiras	—	2.060	14	(92.357)
The Goldman Sachs Group, Inc. (1)	—	2.060	14	(92.357)
Instrumentos financeiros derivativos	996.997	(2.522.858)	3.166.875	(859.388)
Sphere Fundo de Investimento Multimercado - Investimento no Exterior Crédito Privado (4)	193.252	(1.844.004)	2.197.835	(445.413)
Horizon Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado Goldman Sachs do Brasil C.T.V.M. S.A. (2)	803.898	(679.121)	969.040	(413.521)
INSS Consignado Fundo de Investimento em Cotas de Fundo de Investimento em Direitos Creditorios (4)	—	—	—	(454)
	(153)	267	—	—
Outros ativos - Negociação e intermediação de valores	52.848	—	635.847	—
Goldman Sachs International (3)	52.848	—	582.913	—
Goldman Sachs Capital Markets, L.P. (3)	—	—	42.240	—
Goldman Sachs do Brasil C.T.V.M. S.A. (2)	—	—	10.694	—
Outros ativos - Valores a receber de sociedades ligadas	49.759	246.991	183.040	206.596
Goldman Sachs International (3)	29.617	148.456	108.408	111.221
Goldman, Sachs & Co. LLC (3)	10.348	56.720	49.245	72.158
Goldman Sachs do Brasil C.T.V.M. S.A. (2)	2.782	15.638	13.683	12.750
The Goldman Sachs Group, Inc. (1)	—	—	5.553	—
Goldman Sachs Asset Management, LP. (3)	361	2.601	2.476	2.557
Goldman Sachs Capital Markets, LP. (3)	—	10.172	—	—
Goldman Sachs Asset Management International (3)	361	2.601	2.476	2.518
Goldman Sachs Japan Co., LTD (3)	—	—	—	5
Sphere Fundo de Investimento Multimercado - Investimento no Exterior Crédito Privado (4)	804	4.641	836	4.300
Horizon Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado	—	1.037	163	924
J. Aron & Company (3)	—	248	157	163
Goldman Sachs Services LLC (3)	—	—	22	—
GSBE SE, Milan Branch (3)	5.371	4.877	—	—
Outros valores a receber de partes relacionadas (3)	115	—	21	—
Depósitos a prazo	(2.214.881)	(161.110)	(5.212.617)	(64.609)
Sphere Fundo de Investimentos Multimercado - Investimento no Exterior Crédito Privado (4)	(783.549)	(82.994)	(3.519.412)	(44.345)
Horizon Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado	(1.024.172)	(53.700)	(1.307.880)	(20.144)
Goldman Sachs Participações Ltda. (3)	(5.862)	(299)	(5.563)	(59)
Goldman Sachs Participações II Ltda. (3)	(2.766)	(141)	(2.625)	(32)
Goldman Sachs & Co. LLC (3)	(398.532)	(23.976)	(377.137)	(29)
Depósitos interfinanceiros	(396.789)	(18.719)	(371.303)	(3.554)
Goldman Sachs do Brasil C.T.V.M. S.A. (2)	(396.789)	(18.719)	(371.303)	(3.554)
Empréstimos no exterior	(2.953.833)	(7.470)	(1.805.716)	22.733
The Goldman Sachs Group, Inc (1)	(2.953.833)	(7.470)	(1.805.716)	22.733
Obrigações por operações compromissadas	(370.498)	(10.314)	(153.852)	(2.273)
Sphere Fundo de Investimento Multimercado - Investimento no Exterior Crédito Privado (4)	(324.999)	(6.980)	(101.735)	(1.301)
Goldman Sachs do Brasil C.T.V.M. S.A. (2)	(45.499)	(3.334)	(52.117)	(972)
Outros instrumentos financeiros – Carteira de câmbio	(4.281)	—	—	—
Goldman Sachs International (3)	(4.281)	—	—	—
Outros passivos - Negociação e intermediação de valores	(345.815)	(837)	(546)	(799)
Goldman Sachs do Brasil C.T.V.M. S.A. (2)	(14.057)	(837)	(546)	(799)

GOLDMAN SACHS DO BRASIL BANCO MÚLTIPLO S.A.

Rua Leopoldo Couto de Magalhães Júnior nº 700, 16º andar, 17º andar e 18º andar, CEP: 04542-000
CNPJ 04.332.281/0001-30



Goldman Sachs Capital Markets, L.P. (3)	(331.758)	—	—	—
Outros passivos - Valores a pagar a sociedades ligadas (i)	(58.438)	(4.442)	(86.322)	(2.312)
The Goldman Sachs Group, Inc. (1)	(48.798)	—	(81.935)	—
Goldman, Sachs & Co. LLC (3)	(9.126)	(3.790)	(2.931)	(2.312)
Goldman Sachs International (3)	(324)	—	(433)	—
Goldman Sachs do Brasil C.T.V.M. S.A. (2)	(47)	—	(718)	—
J. Aron & Company (3)	—	—	(53)	—
GS Argentina L.L.C. Branch (3)	(76)	—	(81)	—
GSBE SE, Sucursal en Espana (3)	—	(248)	(37)	—
Goldman Sachs Group Y Compania A, S. De RL de C.V. (3)	(61)	—	(134)	—
GSBE SE, Milan Branch (3)	—	(404)	—	—
Outras partes relacionadas (3)	(6)	—	—	—
Patrimônio líquido - Capital social	(2.384.082)	—	(2.179.096)	—
The Goldman Sachs Group, Inc. (1)	(2.381.698)	—	(2.176.917)	—
Goldman Sachs Global Holdings L.L.C. (1)	(2.384)	—	(2.179)	—

(i) "Outros passivos – Valores a pagar a sociedades ligadas" referem-se, principalmente, ao repagamento do plano de incentivo de ações (RSUs). As transações entre partes relacionadas foram contratadas em termos equivalentes aos que prevalecem em transações entre partes independentes, considerando-se prazos e taxas médias usuais de mercado e a ausência de risco, vigente nas respectivas datas.

b. Remuneração de pessoas-chave da Administração

Para fins de divulgação, são considerados pessoas-chave da Administração os diretores estatutários do Conglomerado

	<u>Junho 2022</u>	<u>Junho 2021</u>
Benefícios de curto prazo - Administradores		
Proventos	10.493	9.770
Encargos sociais curto prazo	3.121	2.870
Benefícios de longo prazo - Administradores		
Pagamento baseado em ações	321	176
Encargos sociais longo prazo	110	59

17. PLANO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA E DE INCENTIVO DE AÇÕES

a. Plano de previdência privada

O Banco oferece a todos os funcionários um plano de previdência privada PGBL (Plano Gerador de Benefício Livre) na modalidade de contribuição definida.

Durante o semestre findo em 30 de junho de 2022, o Banco contribuiu com R\$ 1.813 (junho 2021 - R\$ 1.708) para o fundo de previdência.

b. Plano de incentivo de ações

The Goldman Sachs Group, Inc. empresa controladora do Banco, patrocina o plano de pagamento em ações, Plano de Incentivo de Ações da The Goldman Sachs Group, Inc. (SIP), que prevê, entre outras alternativas, concessões de opções de ações de incentivo e unidades de ações restritas (RSUs).

A prestação de serviço do empregado em contrapartida ao prêmio de ações é mensurada com base no valor justo da data da outorga do prêmio. Prêmios de ações que não requerem prestação de serviços futuras são reconhecidos como despesa (ex., prêmios adquiridos, incluindo prêmios concedidos a ex-empregados elegíveis). Prêmios de ações que requerem prestação de serviços futuras são amortizados no decorrer do período do serviço prestado. As prescrições

previstas são incluídas na determinação da despesa de pagamento de ações a empregados. O Banco paga dividendos equivalentes em dinheiro sobre o saldo RSUs.

- **Unidades de ações restritas**

A empresa controladora indireta outorga RSUs para os empregados do Banco de acordo com o SIP, as quais são avaliadas com base no preço de fechamento das ações na data da outorga levando em consideração um desconto de liquidez de quaisquer restrições aplicáveis pós-aquisição de transferência. O direito adquirido sobre as unidades de ações restritas, bem como as ações ordinárias entregues, são concedidas conforme descrito no acordo de RSU, prevendo outorga acelerada em determinadas circunstâncias, tais como, aposentadoria, morte, incapacidade e conflito de trabalho. A entrega das ações ordinárias está condicionada à aquisição de direito dos beneficiários que preencham os requisitos definidos no plano de incentivos.

As RSUs são emitidas em dólar americano e convertidas para reais pela taxa PTAX de venda divulgada pelo BACEN para 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021:

A movimentação das RSUs para 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro 2021 está demonstrada a seguir :

	Junho 2022		Dezembro 2021	
	Requer serviço futuro (unvested) (nº de ações)	Não requer serviço futuro (vested) (nº de ações)	Requer serviço futuro (unvested) (nº de ações)	Não requer serviço futuro (vested) (nº de ações)
Movimentação pela quantidade de ações:				
Saldo ao final do período anterior	15.637	30.137	24.576	27.105
Outorgada (1) (2) (granted)	20.185	8.627	15.994	4.866
Prescrita (forfeited)	(244)	—	(5.220)	(127)
Entregue (3) (delivered)	—	(25.252)	—	(23.581)
Adquirida por direito (2) (vested)	(264)	264	(21.874)	21.874
Transferida entrada/(saída) (transferred)	(34)	—	2.161	—
Saldo ao final do período	35.280	13.776	15.637	30.137

	Junho 2022		Dezembro 2021	
	Requer serviço futuro (unvested) (média ponderada)	Não requer serviço futuro (vested) (média ponderada)	Requer serviço futuro (unvested) (média ponderada)	Não requer serviço futuro (vested) (média ponderada)
Movimentação pela média ponderada (Em Reais):				
Saldo ao final do período anterior	1.305,73	1.188,14	1.160,07	1.130,61
Outorgada (1) (2) (granted)	1.776,89	1.736,08	1.524,37	1.545,97
Prescrita (forfeited)	1.819,26	—	1.256,78	1.260,47
Entregue (3) (delivered)	—	1.224,54	—	1.162,42
Adquirida por direito (2) (vested)	1.519,23	1.519,23	1.259,52	1.259,52
Transferida entrada/(saída) (transfers)	1.715,92	—	1.379,22	—
Saldo ao final do período	1.569,57	1.470,88	1.391,11	1.265,82

* O “saldo ao final do período” para o semestre de 2022 difere do “saldo ao final do período anterior” em 2021, para fins dessa divulgação, em função da PTAX utilizada para conversão em 30 de junho de 2022 em comparação a PTAX utilizada para conversão em 31 de dezembro de 2021.

1. A média ponderada a valor justo na data da outorga das RSUs concedidas durante o semestre findo em 30 de junho de 2022 é de R\$ 1.764,63 (dezembro 2021 - R\$ 1.529,39). O valor justo das RSUs outorgadas em 30 de junho de 2022 e em 31 de dezembro de 2021 inclui um desconto de liquidez (*liquidity discount*) de 3,00% e 8,81%, respectivamente, para refletir restrições de até 4 anos pós-aquisição do direito de transferência.

2. O valor justo agregado das ações com direito adquirido em 30 de junho de 2022 é de R\$ 15.383 (dezembro 2021 - R\$ 49.270).
3. A média ponderada na data de entrega das RSUs entregues em 30 de junho de 2022 é de R\$ 1.804,07 (dezembro 2021 - R\$ 1.617,40).

Em decorrência da adoção do Pronunciamento Técnico CPC 10 – Pagamento Baseado em Ações, o Banco registrou o total de despesas de provisão para pagamento em ações, líquido de prescrições, baseado no preço da data de outorga. Para o semestre findo em 30 de junho de 2022, foi registrado o montante de R\$ 16.532 (junho 2021 - R\$ 9.551) referentes à amortização dos prêmios em ações.

A contrapartida do lançamento acima foi contabilizada como provisão no Passivo.

Adicionalmente, em 30 de junho de 2022, o Banco registrou uma despesa de provisão de encargos sociais, baseados no valor atual da ação, no montante de R\$ 4.347 (junho 2021 - R\$ 9.737).

Considerando o contrato de repagamento assinado em 31 de dezembro de 2012 com a The Goldman Sachs Group, Inc. a provisão para pagamento em ações referente ao semestre findo em 30 de junho de 2022 corresponde ao valor ajustado a mercado de R\$ 48.003 (dezembro 2021 - R\$ 81.296). A provisão de encargos sociais é de R\$ 15.815 em 30 de junho de 2022 (dezembro 2021 - R\$ 27.759).

18. OUTRAS INFORMAÇÕES

a. Passivos contingentes e obrigações legais

• Passivos contingentes trabalhistas classificados como risco de perda provável e possível

Em 30 de junho de 2022, o Banco figura como parte em litígios de natureza trabalhista, patrocinados por ex-funcionários e ex-prestadores de serviços. O valor das contingências é provisionado com base nas características individuais de cada ação. Em 30 de junho de 2022, as contingências trabalhistas classificadas como risco de perda provável pela Administração, amparada pelo apoio de seus consultores legais externos, montam em R\$ 1.107 (dezembro 2021 – R\$ 814).

Em 30 de junho de 2022 e em 31 de dezembro de 2021, não existem contingências trabalhistas classificadas como possíveis, com base nos pareceres emitidos pelos consultores legais externos responsáveis pela condução das ações.

• Passivos contingentes regulatórios classificados como risco de perda provável e possível

Em dezembro de 2020 o Banco apresentou Proposta de Termo de Compromisso para a CVM com a intenção de encerrar Processo Administrativo junto à referida autarquia. O montante pago pelo Banco para a CVM no âmbito do referido Termo de Compromisso, na data de 04 de agosto de 2021, corresponde a R\$ 4.080 (provisão efetuada em 31 de dezembro de 2020 no montante de R\$ 5.000).

Em 30 de junho de 2022 e em 31 de dezembro de 2021, não existem contingências regulatórias classificadas como possíveis, com base nos pareceres emitidos pelos consultores legais externos responsáveis pela condução dos processos.

• Passivos contingentes fiscais classificados como risco de perda possível

O Banco é parte em processos na esfera administrativa da Receita Federal do Brasil de natureza tributária que são caracterizados como passivos contingentes e cujo risco de perda é classificado como possível pelos advogados externos responsáveis pela condução da defesa.

Os processos envolvem os seguintes assuntos: (a) PIS e COFINS sobre ganhos decorrentes da desmutualização da CETIP no valor de R\$ 437 (dezembro 2021 – R\$ 425); (b) PIS e COFINS sobre ganhos decorrentes de desmutualização da BOVESPA no valor de R\$ 5.029 (dezembro 2021 – R\$ 4.907); (c) IRPJ relativo aos exercícios de 2009 a 2011, em razão da suposta dedução indevida de gratificações pagas a diretores no valor de R\$ 9.832 (dezembro 2021 – R\$ 9.552); e (d) IRPJ relativo ao exercício de 2014, em razão da suposta dedução indevida de gratificações

pagas a diretores no valor de R\$ 7.571 (dezembro 2021 – 7.296), atualizados pela Selic acumulada desde a data do auto de infração até 30 de junho de 2022.

b. Cláusula para compensação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional

O Banco tem celebrado com certas contrapartes os Contratos Globais de Derivativos (“CGDs”) que possuem cláusulas de compensação ao amparo da Resolução CMN nº 3.263/05, conforme alterada. Tais cláusulas estabelecem, de modo geral, a compensação das obrigações decorrentes das operações de derivativos vigentes e futuras cursadas com tais contrapartes. O registro dos CGDs contendo cláusulas de compensação é feito na CETIP. Os valores a receber e a pagar são demonstrados no Balanço Patrimonial nas respectivas rubricas relacionadas aos produtos, no ativo e no passivo, respectivamente, sem compensação de valores.

c. Receitas de prestação de serviço

Em 30 de junho de 2022, receitas de prestação de serviços referem-se a:

	<u>Junho 2022</u>	<u>Junho 2021</u>
Rendas de serviços prestados a ligadas (1)	230.676	197.342
Rendas de serviços de consultoria e assessoria técnica (2)	106.939	71.022
Rendas de comissões de colocação de títulos	7.539	48.445
Rendas de gestão de fundos de investimentos (3)	5.677	5.224
Total	<u>350.831</u>	<u>322.033</u>

1. Referem-se a receitas com taxa de *clearing* e rendas de serviços de consultoria e assessoria técnica e financeira prestadas a partes relacionadas.
2. Referem-se a rendas de serviços prestados a terceiros.
3. Rendas de gestão de fundos de investimentos são compostas, na sua totalidade, por receita com partes relacionadas.

d. Benefícios a empregados e despesas de remuneração da Diretoria

Em 30 de junho de 2022, benefícios de curto prazo a empregados e despesas de remuneração da Diretoria referem-se a:

	<u>Junho 2022</u>	<u>Junho 2021</u>
Proventos	185.214	115.887
Encargos	26.026	27.592
Benefícios e treinamentos	16.751	12.516
Total	<u>227.991</u>	<u>155.995</u>

Conforme Resolução CMN nº 4.877/20, que dispõe sobre os critérios gerais para mensuração e reconhecimento de obrigações sociais e trabalhistas pelas instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, a Administração do Banco, através de estudo técnico, verificou que não há passivo atuarial a ser reconhecido nos termos do referido Pronunciamento Técnico para o semestre findo em 30 de junho de 2022.

e. Outras despesas administrativas

Em 30 de junho de 2022, outras despesas administrativas referem-se a:

	<u>Junho 2022</u>	<u>Junho 2021</u>
Serviços do sistema financeiro (1)	31.115	21.900
Processamento de dados	8.118	6.049
Aluguel	6.634	5.983
Depreciação e amortização	5.511	3.209
Serviços técnicos especializados (2)	4.145	10.130
Materiais, manutenção e conservação de bens	3.759	2.176
Serviços de terceiros	3.393	3.104
Comunicação, publicações, propaganda e publicidade	3.098	1.788
Viagens	2.283	139
Seguros, vigilância e segurança	1.959	1.408
Promoções e relações públicas	816	56
Outras despesas administrativas	5.789	7.470
Total	<u>76.620</u>	<u>63.412</u>

- Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, serviços do sistema financeiro incluem comissões por indicação (“*referral fees*”) e comissões de distribuição de Certificados de Operações Estruturadas (“COE”) emitidos pelo Banco.
- Em 30 de junho de 2022, serviços técnicos especializados incluem serviços de consultoria e assessoria técnica e financeira, contratados com partes relacionadas, no valor de R\$ 1.656 (junho 2021 – R\$ 2.312).

f. Despesas tributárias

Em 30 de junho de 2022, outras despesas administrativas referem-se a:

	<u>Junho 2022</u>	<u>Junho 2021</u>
Despesas de impostos sobre serviços de qualquer natureza - ISS	17.647	16.036
Despesas de contribuição ao PIS/COFINS	22.051	13.856
Outras contribuições	2.117	1.689
Despesas tributárias – IOF	253	219
Total	<u>42.068</u>	<u>31.800</u>

g. Outras receitas/(despesas) operacionais

Referem-se, substancialmente, a receitas de variação cambial sobre saldos registrados em moeda estrangeira no valor de R\$ 10.736 (junho 2021 - R\$ 4.041).

h. Resultado não operacional

Refere-se, substancialmente, à receita decorrente da (i) locação de ativos, conforme descrito no “Instrumento Particular de Aluguel de Ativos”, firmado na data de 28 de junho de 2013, e (ii) sublocação de imóvel, conforme descrito no “Instrumento Particular de Sublocação para fins não Residenciais”, firmado na data de 04 de fevereiro de 2013, ambos entre o Banco e a Corretora, no montante de R\$ 1.134 (junho 2021 - R\$ 1.136).

i. Resultado recorrente e não recorrente

A Resolução BCB nº 2/20 determina que as instituições financeiras devem apresentar em suas notas explicativas, de forma segregada, os resultados recorrentes e não recorrentes incorridos no período. Considera-se resultado não recorrente o resultado que: I - não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e II - não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

No semestre findo em 30 de junho de 2022, o Banco apresenta a totalidade de seu resultado segregado como recorrente, no montante de R\$ 108.638 (junho 2021 – R\$ 103.139).

19. LIMITES OPERACIONAIS

Índice de Basileia e de imobilização

O Banco adota a apuração dos limites operacionais de forma consolidada, tomando-se como base os dados financeiros consolidados do Conglomerado Prudencial, em conformidade com as diretrizes do BACEN.

Em 30 de junho de 2022, o índice de Basileia apurado de acordo com as diretrizes do Banco Central do Brasil, com base no Conglomerado Prudencial é de 18,04% (dezembro 2021 – 21,77%), sendo o Patrimônio de Referência de R\$ 2.493.486 (dezembro 2021 - R\$ 2.363.028).

O índice de imobilização do Conglomerado Prudencial em 30 de junho de 2022 é de 0,96 (dezembro 2021 – 0,65%).

DIRETORIA

André dos Santos Mendonça
Gersoní Analla Fernandes Montes Munhoz
José Rodolfo Leite Soares
Juliano Meira Campos Arruda
Kathia Aparecida Autuori

Paula Penna Moreira
Ricardo Donisete Stabile
Ricardo Genis Mourão
Ricardo Henrique Tardelli Bellissi
Sílvia Regina C. Valente

CONTADORA

Tatiana L. M. Navarro Baldivieso
CRC 1SP240271/O-7

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas

Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A.**Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras individuais do Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A. em 30 de junho de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Porque é um PAA**Mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos**

Conforme divulgado nas notas 3 (c) e 8 (e), o Banco atua de forma significativa no mercado de derivativos, tais operações são mensuradas ao valor justo, para as quais os preços, indexadores e parâmetros são observáveis no mercado.

Consideramos que os modelos e premissas adotados pela Administração na mensuração do valor justo desses instrumentos financeiros são razoáveis e consistentes com as informações divulgadas em notas explicativas.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos incluíram a atualização do nosso entendimento e testes sobre os controles relevantes identificados no processo de mensuração a valor justo dos instrumentos derivativos.

Nossos procedimentos também consideraram a reconciliação dos saldos contábeis com a posição analítica dos sistemas, verificação de dados das operações com a posição de custódia e, em base amostral, a verificação dos contratos para obter o conforto sobre a acuracidade dos dados das operações considerados no cálculo do valor justo.

Com o apoio de nossos especialistas em precificação de instrumentos financeiros derivativos, analisamos as principais metodologias de valorização desses instrumentos financeiros. Reperformamos, em base amostral, a valorização de determinadas operações, bem como comparamos as premissas e metodologias utilizadas pela administração com as melhores práticas de mercado de valorização e analisamos a consistência das metodologias e premissas com as aplicadas em períodos anteriores.

Consideramos essa uma área de foco de auditoria devido ao uso de modelos internos de mensuração do valor justo que poderiam produzir variações no valor justo significativamente diferentes daquelas estimadas pela administração.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando,

individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras da controlada para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do Banco. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria considerando essa investida e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria do Banco.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do semestre corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 29 de agosto de 2022

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Paulo Rodrigo Pecht
Contador CRC 1SP213429/O-7

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

O Comitê de Auditoria Único do Conglomerado (“Comitê”) tem por finalidade auxiliar as diretorias do Banco e da Corretora no que diz respeito à avaliação da efetividade dos sistemas de controles internos e das auditorias independente e interna do Conglomerado, bem como à revisão das demonstrações contábeis, inclusive notas explicativas, relatórios da administração e parecer da auditoria independente do Conglomerado, dentre outras atribuições. O Comitê foi constituído em Assembleia Geral Extraordinária do Banco realizada em 29 de janeiro de 2016, homologado pelo BACEN em 09 de março de 2016, e instalado em 31 de março de 2016 mediante reunião extraordinária de seus membros. Atualmente, o Comitê é composto por cinco membros, todos eles Diretores do Banco. Dentre as principais atividades exercidas pelo Comitê no âmbito de suas atribuições para o semestre findo em 30 de junho de 2022, destacam-se: (a) a avaliação da efetividade dos sistemas de controles internos e das auditorias independente e interna do Conglomerado; (b) a avaliação da qualidade das demonstrações contábeis do Banco e da Corretora. Para assegurar a efetividade do ambiente de controles internos e dos trabalhos das auditorias independente e interna, o Comitê abordou diversas atividades de controle exercidas sob a égide de um conjunto de políticas e procedimentos que objetivam a aderência a dispositivos legais e regulamentares, com ênfase nos processos de avaliação de risco e detecção de eventuais deficiências existentes. No contexto da avaliação da efetividade dos sistemas de controles internos e das auditorias independente e interna, nenhuma deficiência relevante foi identificada. O Comitê também realizou reuniões com as auditorias independente e interna onde foram avaliados os respectivos planos de auditoria, inclusive no tocante à independência e à qualidade dos trabalhos, tendo concluído que os trabalhos desenvolvidos pelas auditorias independente e interna foram adequados e compatíveis com as funções e responsabilidades das mesmas. Com base nas atividades acima mencionadas e no âmbito de suas atribuições, o Comitê considera que as demonstrações financeiras de 30 de junho de 2022 do Conglomerado foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis vigentes no Brasil, e em cumprimento das normas editadas pelo BACEN.

São Paulo, 26 de agosto de 2022